

MOVIMENTO Cultural

ANO IV - Nº 6 - SETEMBRO - 1989



Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

ALGUNS ASPECTOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SETÚBAL DE 1920 A 1930

Joaquina Soares*

A cidade reflecte, embora de forma não linear, as relações de produção vigentes. A Setúbal dos anos 20 mostra uma estrutura urbana tipicamente "classista", de acordo com o respectivo quadro económico-social. Os vestígios das estruturas habitacionais da burguesia e da classe operária, tendendo respectivamente para uma situação de presença/ausência no tecido urbano actual, revelam esse antagonismo extremo face à produção/consumo de riqueza.

I - Enquadramento económico-social

Na década de 20, a vida económica de Setúbal assentou predominantemente na indústria conserveira e em actividades subsidiárias. A indústria de conservas de peixe atingia então o seu apogeu, com 130 fábricas (1920) e uma média anual de exportação de conservas de ca. 15.000 toneladas, contribuindo com 42% para o total das exportações de conservas a nível nacional(1). O emprego industrial rondaria os 10.000 postos de trabalho, evidenciando tendência crescente da taxa de feminização.

O extraordinário incremento do número de fábricas ocorrido nos finais da década anterior ficou a dever-se ao grande aumento da procura, no mercado externo, durante a Primeira Guerra Mundial. Esta conjuntura favorável propiciou uma significativa acumulação de capital, com efeitos

indutores a juzante (urbanização) e a montante da indústria conserveira, em especial no sector das pescas: operou-se a substituição do cerco do galeão a remos pelo cerco a vapor. Em 1925 foram registados dezoito cercos — o que representa investimento considerável — pertencentes a cooperativas de pesca, a firmas e a indivíduos de Setúbal, à excepção de dois cercos, de armadores de Vila Real de Santo António e de Lisboa (2).

ANOS	PESCA TOTAL 1000 ESC.	CONSERVAS 1000 ESC.	EXP. TON.
1920	6424	5527	4695
1921	6181	11196	10449
1922	15420	9055	8830
1923	26382	47803	12891
1924	49384	68425	16407
1925	33478	65009	19492
1926	24571	60412	18171
1927	25292	30023	10059
1928	36813	57813	13290
1929	45729	89278	18259
1930	29868	65850	14198

QUADRO I. VALORES DO PEIXE CAPTURADO EM SETÚBAL E DAS CONSERVAS DE PEIXE EXPOR-TADAS PELO MESMO PORTO. 1920-1930.

Na indústria, passara-se de cerca de 80 fábricas de conservas existentes antes da guerra (3), para 130. Proliferavam pequenas unidades, mal dimensionadas, resultantes de

* Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

limitados investimentos à escala local, em muitos casos da iniciativa de ex-soldadores, categoria profissional rudemente atingida pela introdução, na década anterior, das máquinas de soldar e das cravadeiras (4).

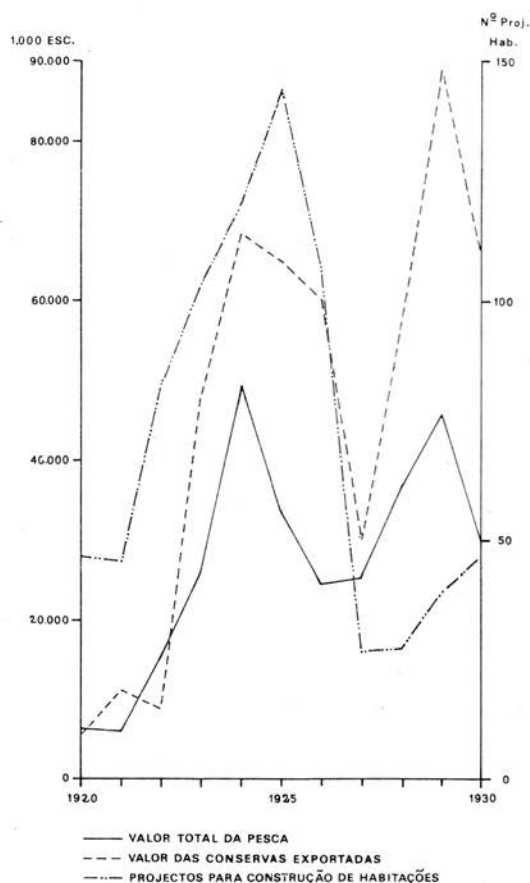


Fig. 1 – Polígonos de frequência dos indicadores económicos (pesca e conservas exportadas) e de expansão urbana (projectos de construção de habitações).

Dotadas de precárias condições de laboração, de acentuado imobilismo tecnológico, aquelas unidades fabris procediam à extorção de mais valia através da extensão da jornada de trabalho e de salários baixos, insuficientes para a reprodução da força de trabalho (alastramento dos bairros de "lata", das doenças epidémicas, da mendi-

cidade).

Factores internos inerentes à organização da produção a que se associam factores políticos (implantação do regime ditatorial de 28 de Maio de 1926) fazem despoletar uma crise em 1926-27, bem patente na diminuição dos valores do pescado, das exportações de conservas (Quadro I, fig.1), no défice do hospital da Misericórdia, estimado em 50 contos, nas centenas de vítimas de fome e nos suicídios de trabalhadores que a imprensa local ("Setubalense") regista.

A pesca exaustiva e indiscriminada e a correlativa escassez de peixe são denunciadas. Realiza-se em Setúbal o I Congresso Nacional da Pesca e das Conservas, em 1927. O carácter monoindustrial da economia setubalense é questionado abertamente no relatório de 1928 da Junta Autónoma do Porto de Setúbal. O Decreto-Lei 15 581, de 19 de Maio de 1928, proíbe a instalação de fábricas de conservas de peixe.

A crise de 1926/27 preludia a de 1930, eco da crise internacional que abala fortemente o modo de produção capitalista.

Em 1934 laboravam apenas 64 fábricas (5). O capital industrial encontrava-se agora mais concentrado, mas o ciclo conserveiro declinava inexoravelmente. O carácter monoindustrial e a dependência da economia de Setúbal face a mercados externos, sobretudo França e Alemanha (Fig. 2), tiveram um elevado custo social.

Apenas duas empresas se afastam nitidamente do quadro traçado. A Secil (cimentos), cuja localização foi condicionada pela fonte de matéria-prima e remonta a 1904, e a Sapec (produtos químicos), fundada em 1926, próxima da linha de costa, com cais próprio, e da linha férrea do Vale do Sado (inaugurada em 1920), com excelente acessibilidade tanto a matérias-primas como a um dos principais mercados consumidores de adubos do país (Alentejo). Estas duas empresas industriais funcionam como células independentes, no exterior da cidade; constroem os seus próprios bairros residenciais. Ao contrário, as unidades

conserveiras, intensivas em mão-de-obra, procuram deliberadamente a proximidade dos bairros operários, do porto e da lota.

alargamento das instituições de assistência herdadas do séc.XIX e através de práticas caritativas. Neste contexto, o Dr. Paula

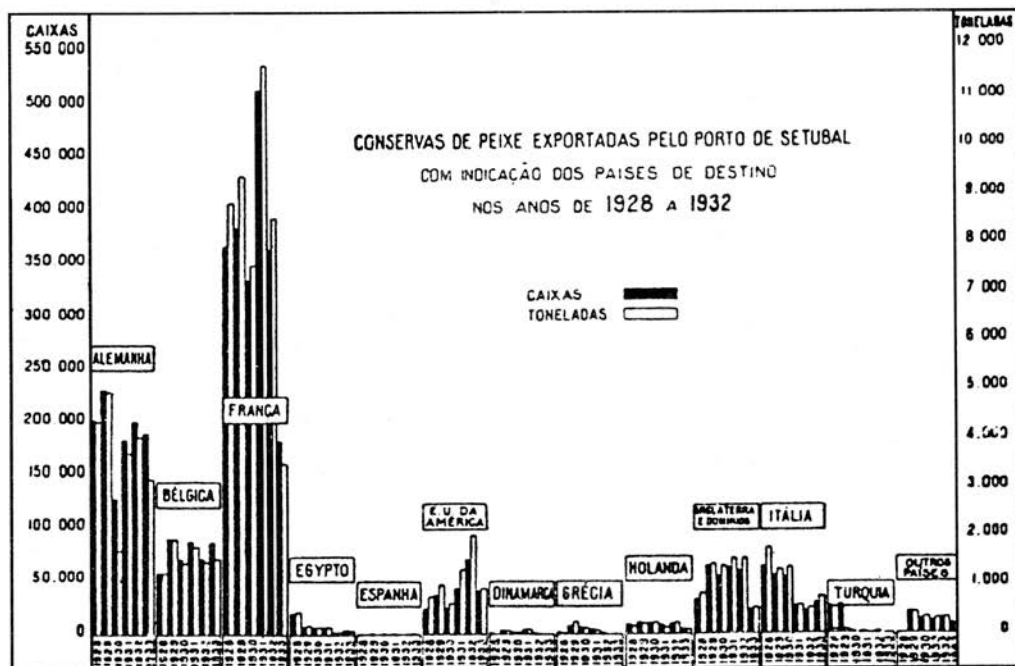


Fig. 2 – Destino da exportação de conservas de peixe de Setúbal entre 1928 e 1933. Seg. A. Perestrelo, 1934.

De um ponto de vista social, Setúbal possuía numerosa população operária e piscatória genericamente designada por gente pobre e uma minoria burguesa, constituída por elementos ligados à actividade comercial e portuária, por alguns armadores e pelos proprietários de fábricas de conservas, rapidamente enriquecidos, aliados dos representantes locais da classe terratenente de tradições mais ou menos aristocráticas.

Entre os extremos da estratigrafia social situava-se uma classe média, pequeno-burguesa, constituída por pequenos armadores, comerciantes, agricultores, alguns funcionários públicos e intelectuais.

A luta de classes era evidente entre operários e "fabricantes", entre pobres e ricos. Aqueles eram dirigidos pelas Associações de Classe. A actividade sindical, o recurso à greve e a circulação do ideário socialista e anarco-sindicalista encontravam grande adesão em Setúbal.

A classe dominante tentava confundir a clivagem social através da manutenção e

Borba, principal promotor do balneário público e do asilo Bocage, tornou-se uma figura carismática. Imagine-se uma das festas de beneficência que frequentemente se organizavam no jardim do Asilo Bocage, abrilhantada pela Banda de Infantaria 11, tocando a partitura "Caridade", composta por Rosado Pinto em louvor de Paula Borba (6).

II. Evolução demográfica

Procederemos a uma breve análise do ritmo de crescimento da população do concelho de Setúbal (referida ao padrão Portugal Continental e desagregada ao nível da freguesia) já que estão sobejamente demonstradas as relações de interdependência entre factores demográficos, económico-sociais e processo de urbanização.

De 1864 a 1878 (Quadro II), período que antecede a primeira fase de industrialização de Setúbal, dominado por uma economia agrícola, a variação % média anual ou ritmo médio anual de crescimento da população do concelho de Setúbal (1.5) é idêntico ao

ANOS	POPULAÇÃO		VARIAÇÃO%		VAR. MÉDIA ANUAL%	
	A	B	A	B	A	B
1864	15 541	3 927 392				
1878	18 758	4 303 664	20.7	9.6	1.5	1.5
1890	21 252	4 713 319	13.3	9.5	1.1	0.8
1900	25 406	5 039 744	19.3	6.9	1.9	0.7
1911	32 096	5 586 053	26.3	10.8	2.4	1.0
1920	41 131	5 668 232	28.1	1.5	3.1	0.2
1930	50 456	6 334 507	22.7	11.8	2.3	1.2

QUADRO II: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE SETÚBAL (A) COMPARADA COM A DE PORTUGAL CONTINENTAL (B). 1864 a 1930.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1864 a 1930. INE.

observado para Portugal Continental. Para um rendimento colectável total do concelho, inscrito nas matrizes em vigor no ano de 1899, de 302 875 022 réis, 175 043 964 réis, ou seja **ca.** 58% eram ainda atribuídos a prédios rústicos (7). O peso do sector secundário irá suplantar o do primário só no nosso século. No entanto, a imagem de Setúbal começa a mudar quando em 1880 se instala a primeira fábrica de conservas, "Etablissement F. Delory", de capitais franceses (Bretanha), à qual se segue o estabelecimento de outras, atingindo-se as 26 fábricas em 1897 e 42 em 1912 (8).

O concelho de Setúbal absorvera, por Decreto de 24 de Outubro de 1855 (9), o vizinho concelho de Palmela, dilatando consideravelmente o seu hinterland agrícola, mas em Dezembro de 1926 o concelho de Palmela reconquistava a sua autonomia administrativa e Setúbal tornava-se capital de um novo distrito. Consideraremos, assim, apenas a população das freguesias que definitivamente incorporaram o concelho de Setúbal já que a perda de autonomia administrativa de Palmela foi uma situação transitória.

De 1911 a 1920, o concelho de Setúbal regista o maior ritmo de crescimento anual do período considerado (3.1%). Setúbal tornara-se um concelho industrial fortemente

atractivo, fundamentalmente devido ao desenvolvimento da indústria conserveira. E é precisamente essa situação económica favorável que pode ser invocada para explicar o elevado crescimento da população quando, no mesmo período, Portugal Continental apresentava uma variação % média anual muito baixa (0,2%), consequência da grave epidemia "pneumónica", de 1916 a 1920, e também os efeitos negativos da I Guerra Mundial; de notar que a variação % média anual da população da Europa Ocidental atinge os -0,43% (10).

De 1920 a 1930 o ritmo do crescimento anual da população do concelho de Setúbal sofre um decréscimo em relação ao do decénio anterior. Na 2ª metade dos anos 20, a indústria conserveira e a pesca intensiva dão mostras de cansaço, surgindo os primeiros sintomas da crise que irá agudizar-se na década seguinte, devido a factores internos, já referidos, ampliados pela conjuntura internacional desfavorável (crise económica 1929-30). Pelo contrário, o ritmo de crescimento da população de Portugal Continental recupera em relação ao decénio anterior o que evidencia o carácter autárquico e rural da economia portuguesa.

A evolução demográfica do concelho reflecte a evolução da população das freguesias urbanas (Anunciada, Stª. Maria, S.

	FREG.									
	ANOS	ANUNC.	S. MARIA	S. JULIÃO	S. SEBASTIÃO	T. F. UR.	S. LOURENÇO	S. SIMÃO	T. F. RURAIS	T. CONC.
	1864	4323	1547	3376	3482	12728	1841	972	2813	15541
VAR. %		17.6	4.1	13.6	38.8	20.7	26.0	10.4	20.6	20.7
	1864-78									
VAR. MÉDIA ANUAL%		1.3	0.3	1.0	2.8	1.5	1.9	0.7	1.5	1.5
	1878	5085	1611	3836	4833	15365	2320	1073	3393	18758
VAR. %		18.2	20.4	11.3	17.3	16.4	-8.4	15.1	-0.9	13.3
	1878-90									
VAR. MÉDIA ANUAL%		1.5	1.7	0.9	1.4	1.4	-0.7	1.3	-0.08	1.1
	1890	6012	1940	4270	5669	17891	2126	1235	3361	21252
VAR. %		30.7	20.8	15.7	16.0	21.4	12.6	4.5	9.6	19.3
	1890-1900									
VAR. MÉDIA ANUAL%		3.1	2.1	1.6	1.6	2.1	1.3	0.4	1.0	1.9
	1900	7859	2344	4942	6577	21722	2394	1290	3684	25406
VAR. %		23.8	1.1	26.4	46.1	28.7	13.6	9.7	12.2	26.3
	1900-1911									
VAR. MÉDIA ANUAL%		2.2	0.1	2.4	4.2	2.6	1.2	0.9	1.1	2.4
	1911	9732	2370	6249	9611	27962	2719	1415	4134	32096
VAR. %		43.9	0.1	2.5	48.0	32.3	-5.5	10.2	-0.1	28.1
	1911-1920									
VAR. MÉDIA ANUAL%		4.9	0.01	0.3	5.3	3.6	-0.6	1.1	-0.01	3.1
	1920	14000	2373	6407	14222	37002	2569	1560	4129	41131
VAR. %		6.4	182.4	-1.0	29.4	25.2	3.9	-7.3	-0.4	22.7
	1920-30									
VAR. MÉDIA ANUAL%		0.6	182	-0.1	2.9	2.5	0.4	-0.7	-0.04	2.3
	1930	14902	6702	6340	18398	46342	2668	1446	4114	50456

QUADRO III: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SETÚBAL. 1864 – 1930. FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS, VARIAÇÃO PERCENTUAL, VARIAÇÃO % MÉDIA ANUAL

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1864 a 1930. INE..

ANOS	DENS. POP. CONC.	DENS. POP. FREG. URBANAS	FREG. ANUNC.	FREG. STª MARIA	FREG. S. JULIÃO	FREG. S. SEBAST.	DENS. POP. FREG. RURAIS
1864	0.9 hab. / ha	1.3 hab. / ha	1.6 hab. / ha	19.7 hab. / ha	8.3 hab. / ha	0.5 hab. / ha	0.4 hab. / ha
1878	1.1 hab. / ha	1.5 hab. / ha	1.9 hab. / ha	20.5 hab. / ha	9.5 hab. / ha	0.7 hab. / ha	0.5 hab. / ha
1890	1.2 hab. / ha	1.8 hab. / ha	2.2 hab. / ha	24.7 hab. / ha	10.5 hab. / ha	0.8 hab. / ha	0.5 hab. / ha
1900	1.5 hab. / ha	2.1 hab. / ha	2.9 hab. / ha	29.9 hab. / ha	12.2 hab. / ha	0.9 hab. / ha	0.5 hab. / ha
1911	1.9 hab. / ha	2.8 hab. / ha	3.6 hab. / ha	30.2 hab. / ha	15.4 hab. / ha	1.4 hab. / ha	0.6 hab. / ha
1920	2.4 hab. / ha	3.6 hab. / ha	5.2 hab. / ha	30.3 hab. / ha	15.8 hab. / ha	2.0 hab. / ha	0.6 hab. / ha
1930	3.0 hab. / ha	4.6 hab. / ha	5.5 hab. / ha	85.5 hab. / ha	15.6 hab. / ha	2.6 hab. / ha	0.6 hab. / ha

QUADRO IV: DENSIDADES POPULACIONAIS DO CONCELHO DE SETÚBAL DE 1864 A 1930.

Fonte: Recenseamentos da população de 1864 a 1930 (INE) e "A Carta Administrativa de Portugal e a sua Contribuição para a Investigação Urbana e Regional", Comissão Nacional do Ambiente.

Julião e S. Sebastião), seguindo de muito perto as pulsações da freguesia de S. Sebastião (Quadro III Fig.3), a mais populosa. A freguesia de Stª. Maria, a mais antiga, é a que possui densidades populacionais mais elevadas (Quadro IV). Esta

constitui o que pode ser chamado de "continuum" urbano, após a construção do Bairro Salgado, pela burguesia industrial, particularmente incrementada nos finais do primeiro decénio do século e praticamente concluída em 1930.

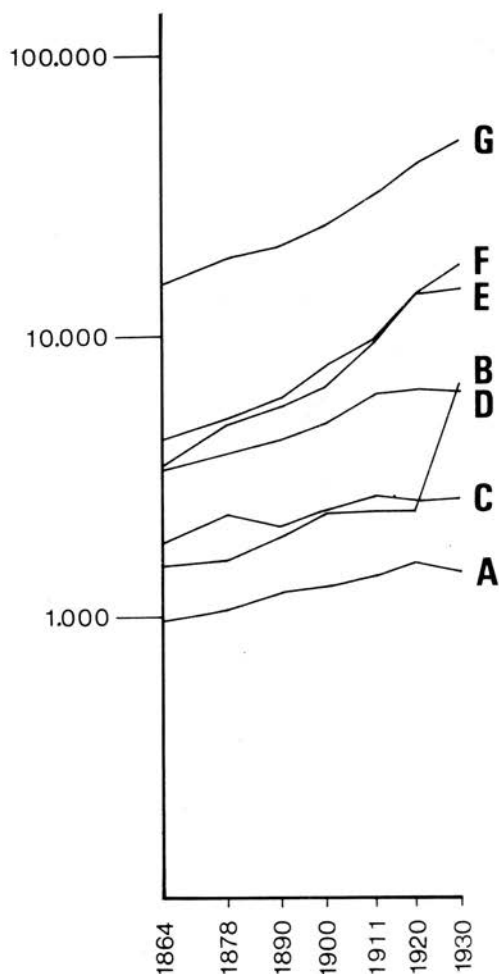


Fig. 3 – Evolução da população das freguesias do concelho de Setúbal de 1864 a 1930: A - S. Simão; B - Sta. Maria; C - S. Lourenço; D - S. Julião; E - Anunciada; F - S. Sebastião; G - Total do Concelho.

As populações das freguesias da Anunciada e de S. Sebastião mostram, embora com ligeiro desfazamento cronológico, um nítido crescimento associado ao processo de industrialização, apresentando um máximo em 1900-1911 e outro em 1920-30, respecti-

vamente. Foram estas freguesias que receberam a população operária, em bairros de "lata", pátios e vilas.

III – Produção do Espaço Urbano

Para a definição das principais linhas de força que orientaram o crescimento urbano, reorganizaram o espaço herdado e reestruturaram a imagem morfológica, estética e ideológica da cidade, utilizámos como base de trabalho os projectos de obras, de 1920 a 1930 (12), arquivados na Câmara Municipal de Setúbal (Quadro V).

Num total de 1707 projectos de obras (relativos às freguesias urbanas) encontrados, cerca de 67% são de construção e 33% de alterações. Considerando os projectos de construção de habitação, que ocupam na totalidade dos projectos de obras 46% e no conjunto dos projectos de construção ca. 69%, verifica-se que o seu número sofre sucessivos aumentos, de 1920 a 1925, ano em que se atinge o valor máximo. Em 1926 e 1927 o número de projectos de construção de habitação decresce, acompanhando a crise económica e social e nos restantes anos do período considerado tende a recuperar, embora muito lentamente.

O coeficiente de correlação de Pearson (Quadro VI) calculado para as variáveis **projectos de habitação e conservas exportadas** evidencia a existência de uma associação directa ou de igual sentido, e moderada (+ 0,46). Associação que é confirmada pela recta de regressão; os resíduos podem ser explicados no quadro de uma maior inércia do processo de urbanização relativamente ao desenvolvimento das forças produtivas.

Procurámos observar o ritmo médio mensal dos projectos de obras (Quadro VII)

PROJECTOS DE CONSTRUÇÃO							PROJECTOS DE ALTERAÇÃO					TOTAL
HAB.	ARMAZ.	COMÉR-CIO	EDIFIC. PUBL.	ESTRUT. SEPULC.	OUTROS	TOTAL	HAB.	ARMAZ.	FAB.	COMÉR-CIO	TOTAL	
790	53	50	5	120	134	1152	459	37	14	45	555	1707

QUADROV: PROJECTOS DE OBRAS DAS FREGUESIAS URBANAS DO CONCELHO DE SETÚBAL. 1920-1930. Arquivo Municipal.

	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930
X	47	46	82	103	120	144	107	27	28	39	47
Y	4695	10449	8830	12891	16407	19492	18171	10059	13290	18259	14198
	Média $\bar{X}=71.8$					$\bar{Y}=13340$					
	Desvio padrão 39.0					4368.6					
	Cov. X, Y					78559.5					
	Correlação (r)					+ 0.46					
	Declive da recta de regressão					51.6					
	Ordenada na origem					9635.4					

QUADRO VI. MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL, DISPERSÃO, COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON E REGRESSÃO DAS VARIÁVEIS: X - PROJECTOS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E Y - CONSERVAS DE PEIXE EXPORTADAS. 1920 - 1930.

JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
6.7%	6.3%	8.5%	8.7%	9.1%	9.7%	7.9%	8.4%	10.6%	9.7%	5.8%	8.6%	100%

QUADRO VII: DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS PROJECTOS DE OBRAS DAS FREGUESIAS URBANAS DO CONCELHO DE SETÚBAL. 1920 - 30.

STA. MARIA		S. JULIÃO		ANUNCIADA		S. SEBASTIÃO		IND.		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
164	9.6	207	12.1	293	17.2	905	53.0	138	8.1	1707	100

QUADRO VIII: LOCALIZAÇÃO DOS PROJECTOS DE OBRAS POR FREGUESIA. 1920 - 30.

STA. MARIA		S. JULIÃO		ANUNCIADA		S. SEBASTIÃO		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
125	11.2	62	5.5	171	15.3	762	68.0	1120	100

QUADRO IX: DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE FOGOS POR FREGUESIA. 1920 - 30.

para os onze anos considerados mas não obtivemos resultados inequívocos quanto à definição de um comportamento sazonal. Com efeito, os projectos distribuem-se por todos os meses do ano sem sugestivas

diferenças quantitativas mensais, situando-se os valores extremos entre 5,8% (Novembro) e 10,6% (Setembro).

Quanto à distribuição espacial dos projectos de obras (Quadro VIII), é notória a

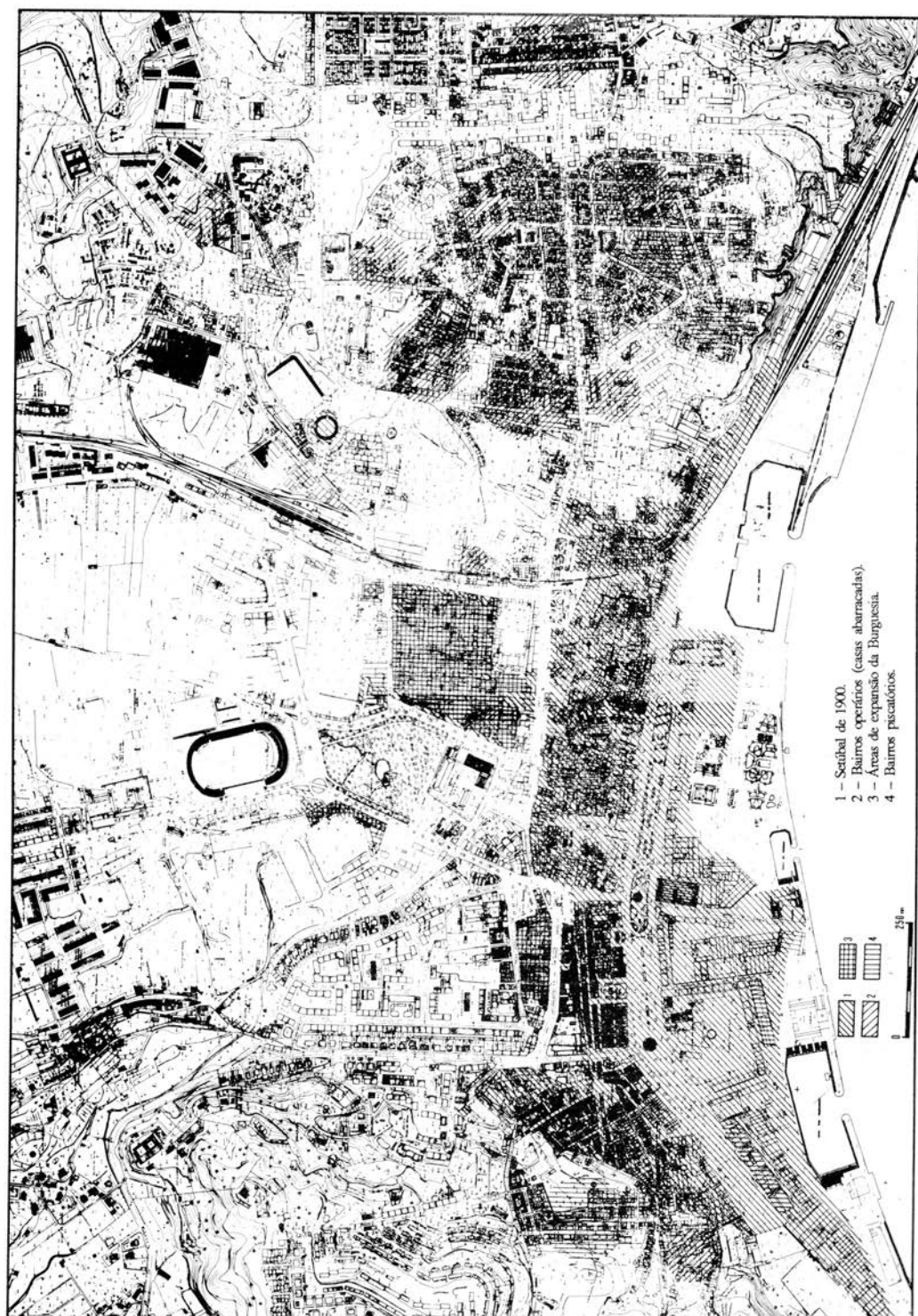


Fig. 4 – Setúbal. Principais áreas urbanas em expansão de 1920 a 1930. De notar que os bairros pobres se situam maioritariamente na freguesia de S. Sebastião e que a localização dos bairros burgueses (Salgado, Nascimento) assegura uma boa acessibilidade ao Centro Histórico e um relativo afastamento dos primeiros.

sua concentração na freguesia de S. Sebastião (53%), a mais populosa. Nesta, o Bairro Santos Nicolau participa com 26,6%. A preferência pela freguesia de S. Sebastião ainda se torna mais elevada (68%) quando se atende apenas ao nº de fogos (Quadro IX). Em muitos casos não foi possível identificar a freguesia a que pertenceram ruas e lugares cuja toponímia sofreu apreciável alteração. Por outro lado, os processos estão frequentemente incompletos, faltando a parte gráfica ou o requerimento.

Se a expansão urbana acompanha de perto o desenvolvimento das forças

produtivas e o crescimento da população, a organização interna do espaço urbanizado reflete, por um lado, as preexistências e, por outro, as relações de produção, mas não de uma forma passiva, sendo a própria estrutura da cidade um factor de reprodução da hierarquia social, de mobilidade social e de perpetuação de um determinado sistema político e ideológico (Fig. 4).

O Bairro Salgado ou Municipal, que absorve ca. 52% dos projectos da freguesia de Stª Maria, seria a área residencial privilegiada da década de 20; edificado em grande parte nos finais do primeiro decénio e no



Fig. 5 — Planta de Setúbal dos inícios dos anos 20.

decénio seguinte do nosso século, pela burguesia local, em especial pelos "fabricantes", é talvez o espaço urbano mais característico do período do apogeu da indústria conserveira; os seus limites tinham já sido

delineados na 2ª metade do séc. XIX – R. de S. João (actual Av. Manuel Maria Portela) que estabeleceu a ligação da cidade à estação de caminho de ferro; R. Almeida Garrett; R. Nova da Conceição (actual 5 de Outubro) e

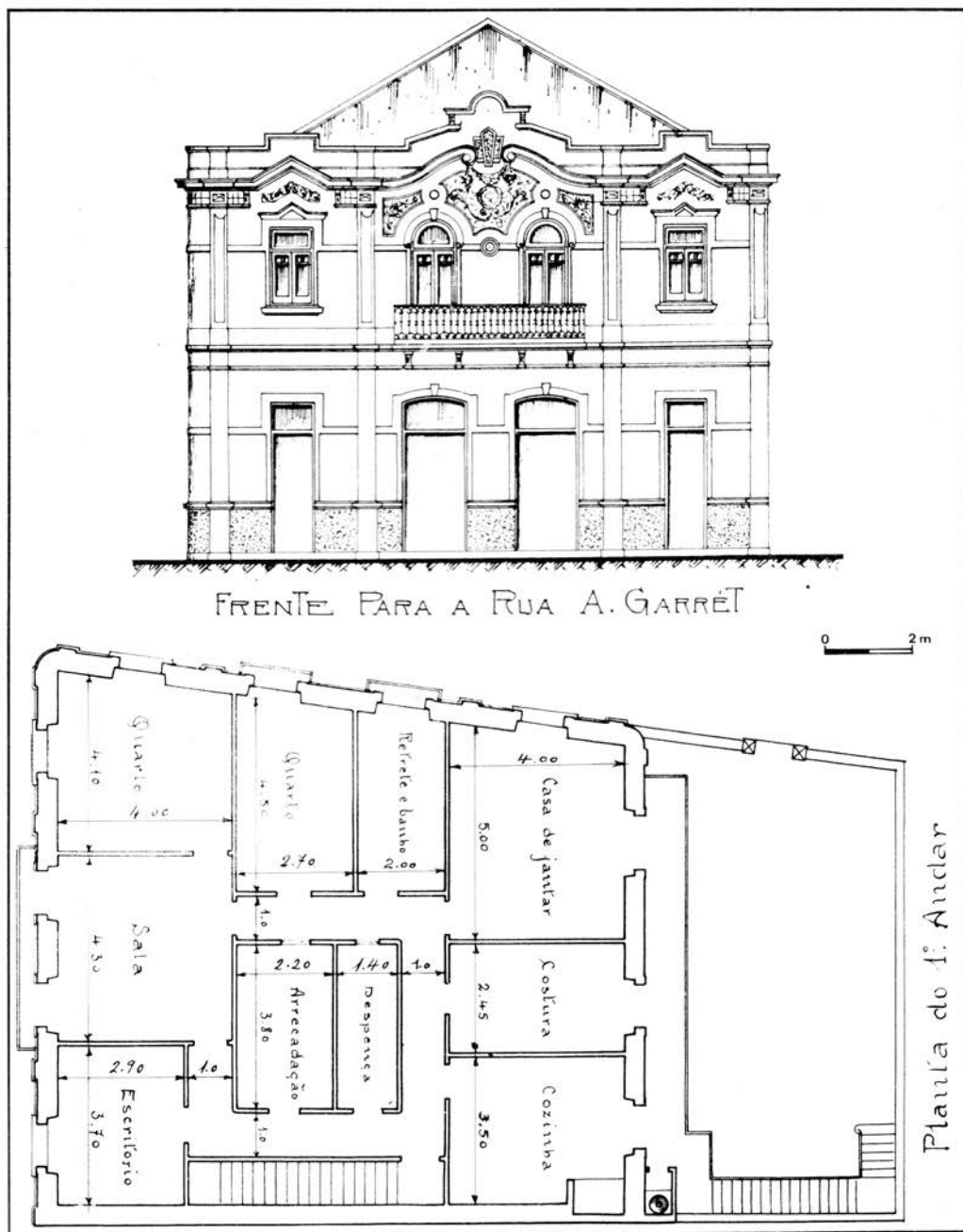
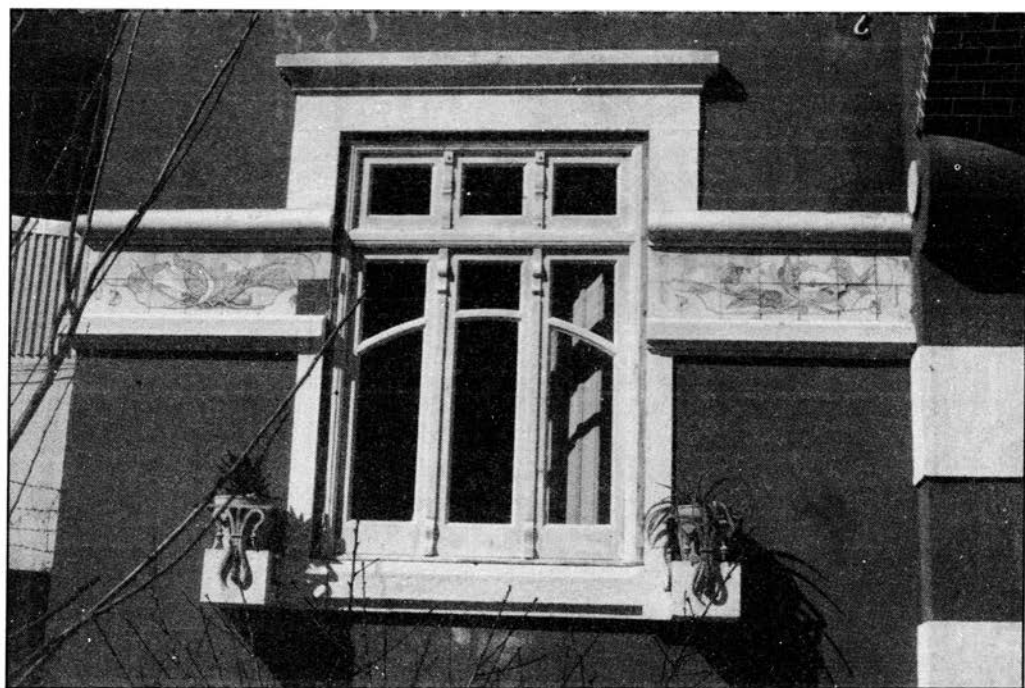
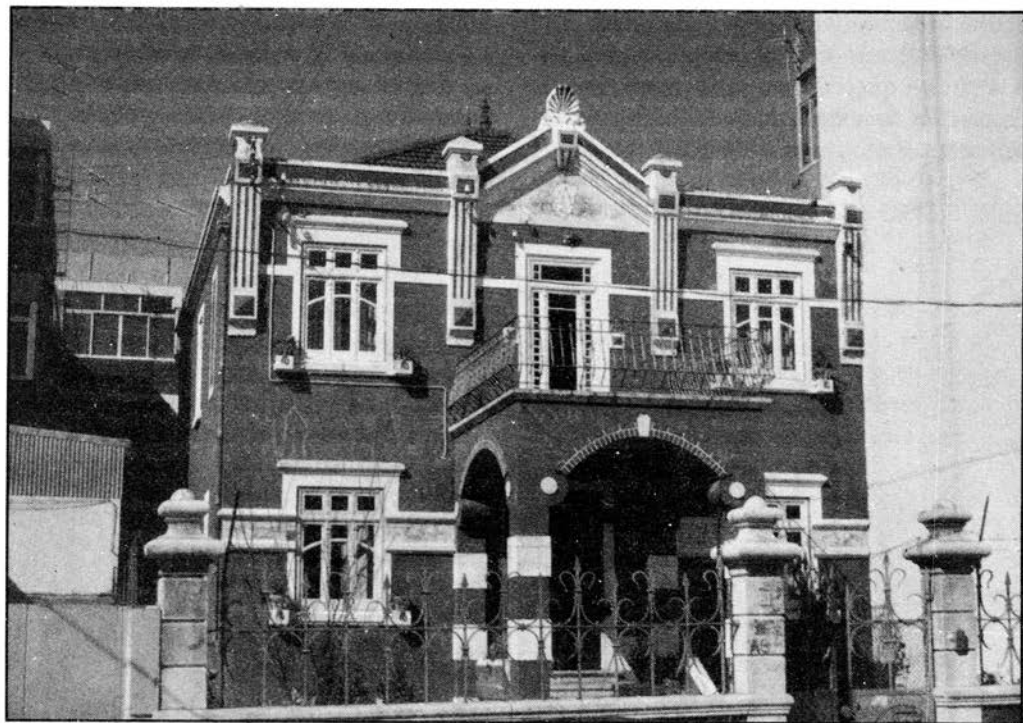


Fig. 6 – Fachada para a R. Almeida Garrett e planta do 1º andar da habitação construída por César Augusto Luz. Projecto de J. Dinis de 3/2/1920.



Figs. 7A e 7B –Bairro Salgado ou Municipal. Aspectos da fachada principal da habitação do industrial Ange Alène, projectada em 1921. Foto de J. Soares, 1986.

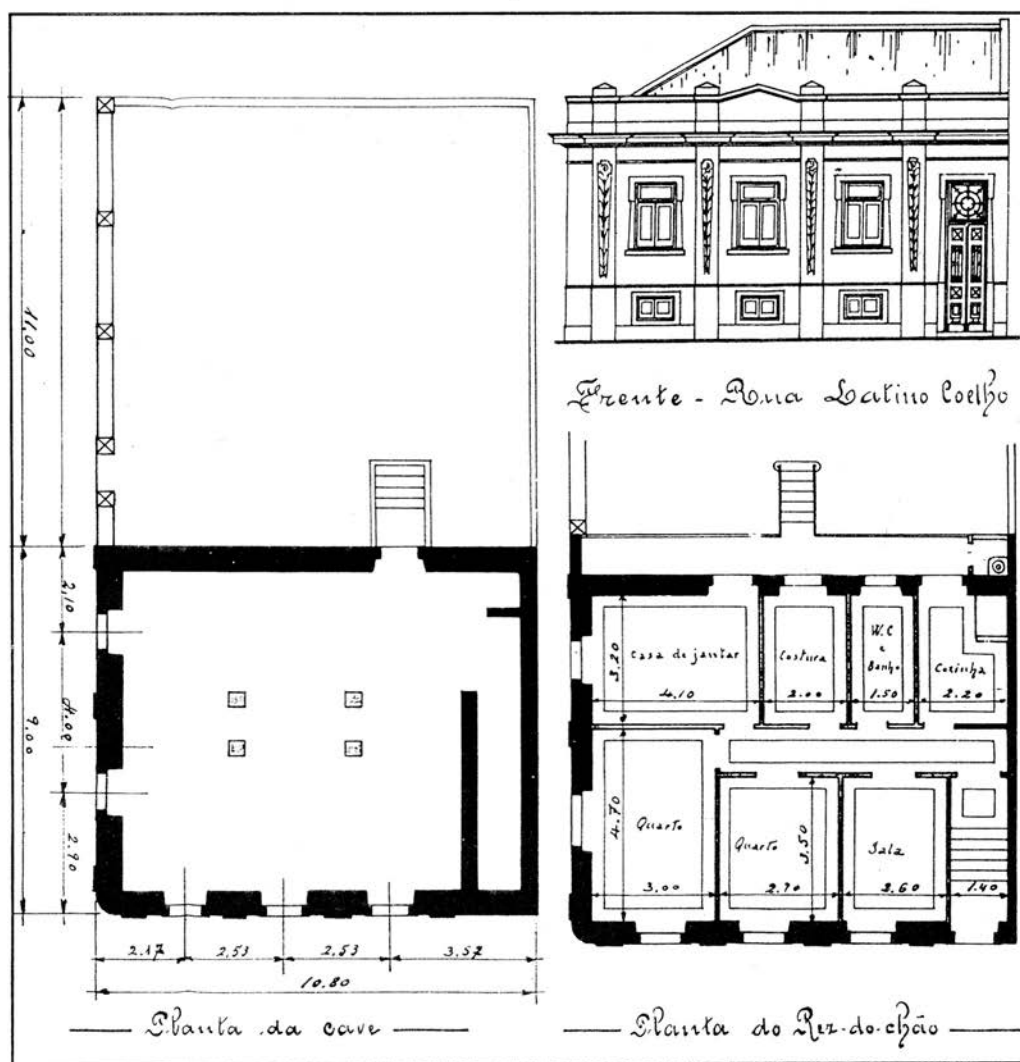


Fig. 8 – Projecto de moradia do Bairro Salgado apresentado por Ismael Teixeira da Silva em Junho de 1930. Rua Latino Coelho.

Campo do Bonfim.

Apresenta uma planta reticulada, racionalista e monótona onde as ruas são apenas áreas de circulação, começando o convívio, e também o isolamento, dentro do logradouro murado de cada habitação.

Os edifícios, regra geral com um piso térreo e cave ou dois pisos subaéreos, possuem carácter vincadamente unifamiliar (Figs. 6 - 8). Em muitos casos está-lhes subjacente o conceito de "casa portuguesa"

de Raul Lino (13), cuja ambiguidade fica aliás patente neste bairro.

Nas habitações do Bairro Salgado e de outras áreas residenciais burguesas podem observar-se, com efeito, elementos mais ou menos integrados, característicos da **casa portuguesa**, como o alpendre, o beiral e os azulejos (Figs. 9 e 10).

Evidentemente que é intransponível a distância que separa um projecto da autoria de Raul Lino, como o do Palácio da Comen-

da (1909), e as moradias dos "fabricantes", conservadores, do Bairro Salgado, que entregavam o projecto da respectiva moradia a desenhadores e a construtores civis locais.

O melhor exemplo da versão não erudita daquele conceito arquitectónico é, sem dúvida, a vivenda de Nossa Senhora do Carmo, na Av. Manuel de Arriaga, mandada construir por Bernardo Santos que se fez representar, bem como a sua filha e às embarcações de que era proprietário, em painéis de azulejos, a azul e branco, com que



Fig. 9 – Bairro Salgado (Av. Manuel de Arriaga). Aspecto da vivenda de Nossa Senhora do Carmo no estilo "casa portuguesa", mandada construir por Bernardo dos Santos. Foto de J. Soares, 1986.

decorou profusamente o exterior e interior da casa (Fig. 9).

Também o nº 38 da Rua Garcia Peres e o edifício da Av. dos Combatentes — R. Aníbal Alvares da Silva, entre outros, se integram na referida tendência arquitectónica.

Os elementos decorativos, quer se trate de ferragens ou de frisos e frontões azulejares de temática floral, mais do que a morfologia dos edifícios, conferem às moradias do Bairro Salgado um sopro de modernidade. Este bairro foi uma das áreas da cidade melhor cuidadas; em 1926 deu entrada na C. M. S. um projecto de construção de umas casas abarracadas, destinado a um dos talhões daquele bairro que, evidentemente, não obteve aprovação. Foi defendido contra a intrusão de unidades fabris. Contenção difícil na década de 20, período em que Setúbal chegou a possuir, como referimos, 130 fábricas de conservas, as quais, a favor de uma maior rendibilidade, se situavam nas proximidades dos "dormitórios" da sua mão-de-obra, chamada ao trabalho pelo apito da sirene, anunciador de peixe.

Apenas uma fábrica de conservas ("Alonso e Hijos Lda." — na periferia NW., R. Almeida Garrett, contígua ao pátio de João Ferrador e Bairro Gamito) e duas litografias — Sado (na periferia Sul — R. Manuel Livério) e Nova Litografia (R. do Matadouro) — se aproximaram do Bairro Municipal.

Duas outras áreas, vagamente delineadas nos finais do séc. XIX, tímidos prolongamentos da cidade a caminho dos laranjais, seriam, na década de 20, edificadas pela burguesia: o Bairro "Nascimento", limitado pela Av. dos Combatentes (Fig. 11) (antigas Rua de S. Caetano e Av. Mariano de Carvalho) e pela Rua Acácio Barradas (Fig. 12) em cuja periferia (Norte) apenas laborou uma fábrica de conservas ("Atlas"); a Rua Ocidental do Campo do Bonfim (actual Av. 22 de Dezembro) (Fig. 13), sem o incómodo de qualquer unidade fabril nas proximidades imediatas. De registar, também, a presença de edifícios residenciais burgueses, mais ou menos isolados, nas imediações rurais da cidade e junto de estradas principais (Figs. 14 e 15).

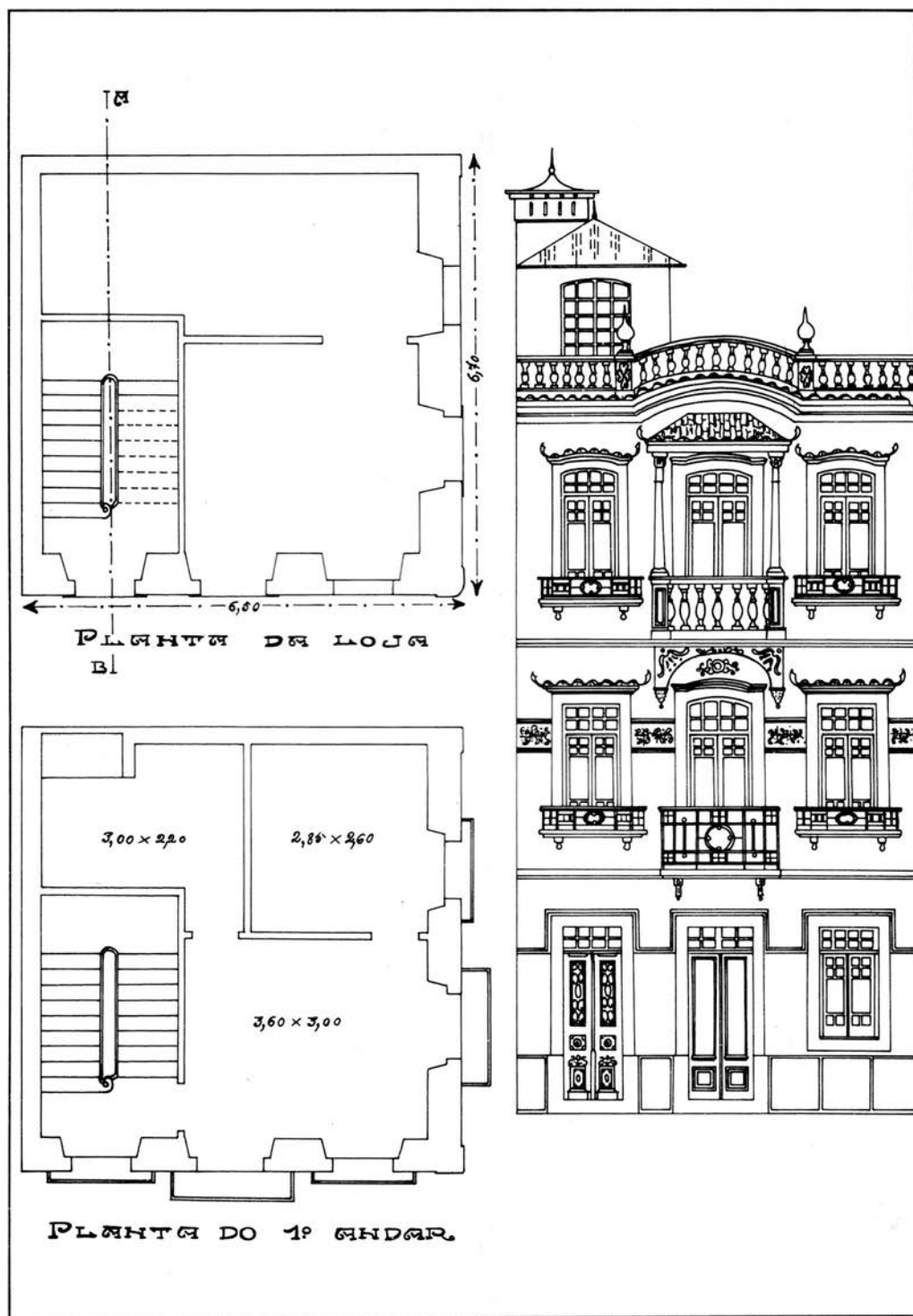


Fig. 10 – Projecto de construção apresentado por Bernardo dos Santos em Abril de 1929 e concretizado em Maio de 1931. Rua do Forte / R. Gil Vicente. Autoria de Manuel Dias Duque. Fachada com numerosos elementos característicos da "casa portuguesa".

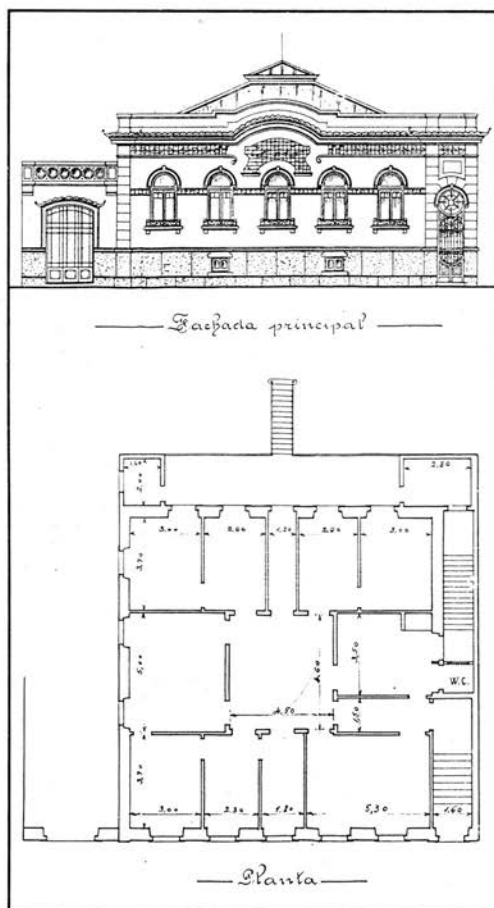


Fig. 11 – Projecto de casa apresentado por Manuel d'Oliveira Neto em 29/8/1929. Av. Mariano de Carvalho (actual Av. dos Combatentes); projecto assinado por José Guilherme dos Santos.

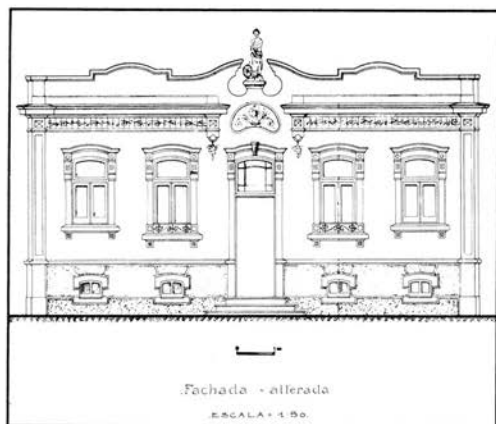


Fig. 12 – Projecto de alteração apresentado por Alberto Carmona em Março de 1920 e aprovado no mesmo mês. Autoria de J. Dinis. Rua Acácio Barradas.



Fig. 13 – Projecto de construção apresentado por A. J. Miranda em 1925. Campo do Bonfim (actual Av. 22 de Dezembro).

As habitações destinadas à burguesia possuíam sempre casas de banho e, regra geral, "fossas mouras"; eram bem iluminadas e amplas.

A estrutura classista da cidade está ainda bem evidenciada ao nível das construções funerárias das quais apenas 9% são constituídas por jazigos de família.

Um outro testemunho material da elite local pode ser observado nas "garages" (Fig. 16); apenas se registou a presença de 5 projectos em todo o período considerado. O automóvel é um símbolo de distinção. Uma corrida de automóveis abrilhantaria a Exposição Regional de Setúbal, realizada em 1930. No mesmo ano, deram entrada na C.M.S. projectos de instalação de duas bombas de gasolina, uma no Largo do Carmo e outra na Av. 5 de Outubro. Tivemos conhecimento da existência de uma bomba da Vacuum Oil Company na Av. Luisa Todt, através de um projecto de poste telefónico (Fig. 17).

A Avenida Luisa Todt completava o seu lado sul, reafirmando a vocação, herdada do séc. anterior, para "centro cívico" e espaço

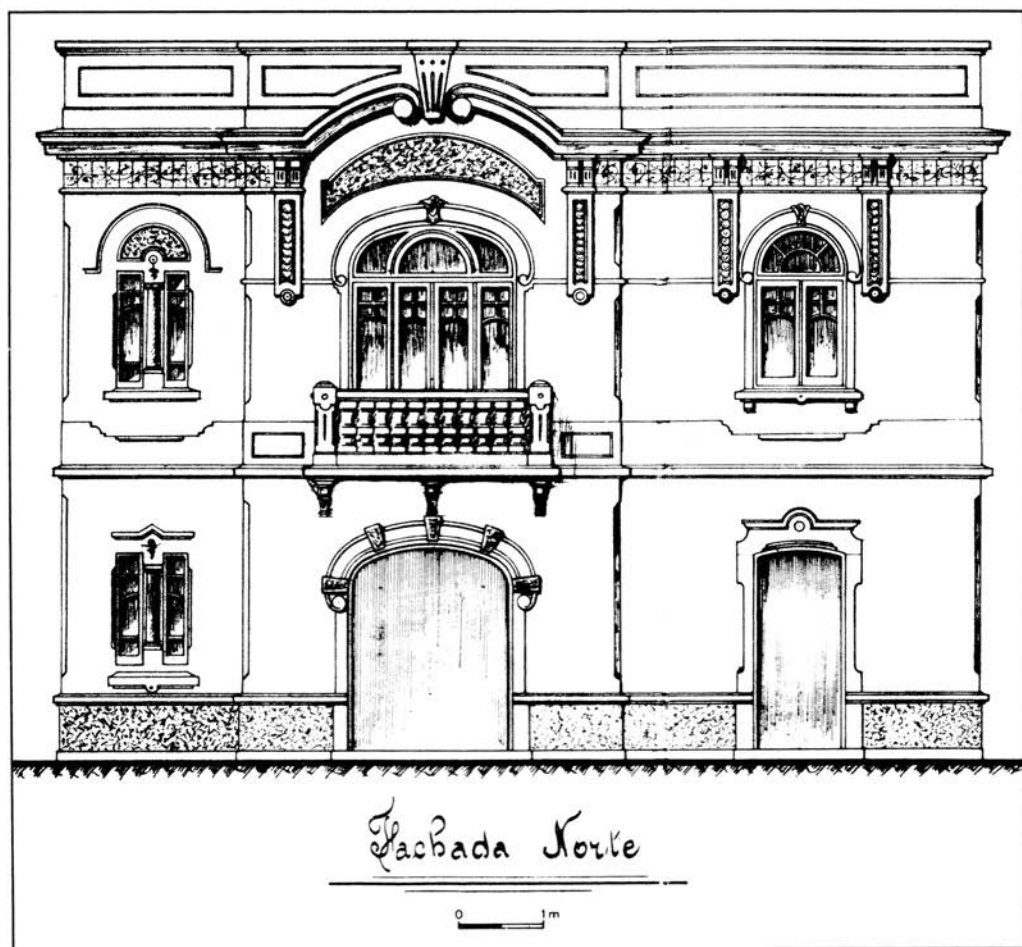


Fig. 14 – Projecto de alteração da casa de Mariano Augusto Coelho, sita na Estrada de Palmela (Estrada dos Arcos), apresentado em Março de 1920. Projecto da autoria de J. Dinis. Fachada norte.

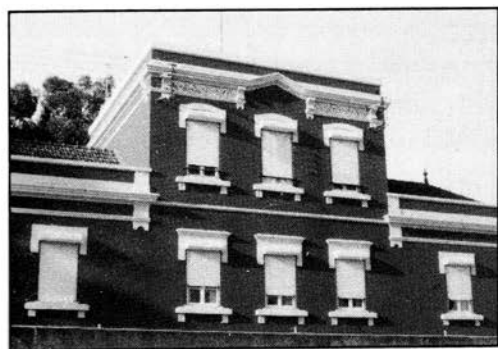


Fig. 15 – Aspecto de um edifício cujo projecto foi apresentado por Maria Leopoldina Araújo Costa Garradas em Abril de 1920, destinado a uma sua propriedade na Estrada de Santas. Foto de J. Soares, 1986.

dedicado ao sector terciário. Nela já havia sido construído o Teatro D. Amélia, ainda em oitocentos, e o Grande Salão Recreio do Povo, nos inícios do séc. XX (na década em estudo sofre alteração na fachada). Também se situava naquela artéria o principal hotel da cidade (Esperança). Imediatamente a oeste do Grande Salão de Recreio do Povo ficava o sindicato dos soldadores. Em 1922, um edifício marcante é projectado para a Avenida Luisa Todt: a agência do Banco de Portugal (Figs. 18 e 19), com um projecto assinado por Adães Bermudes (14), o único

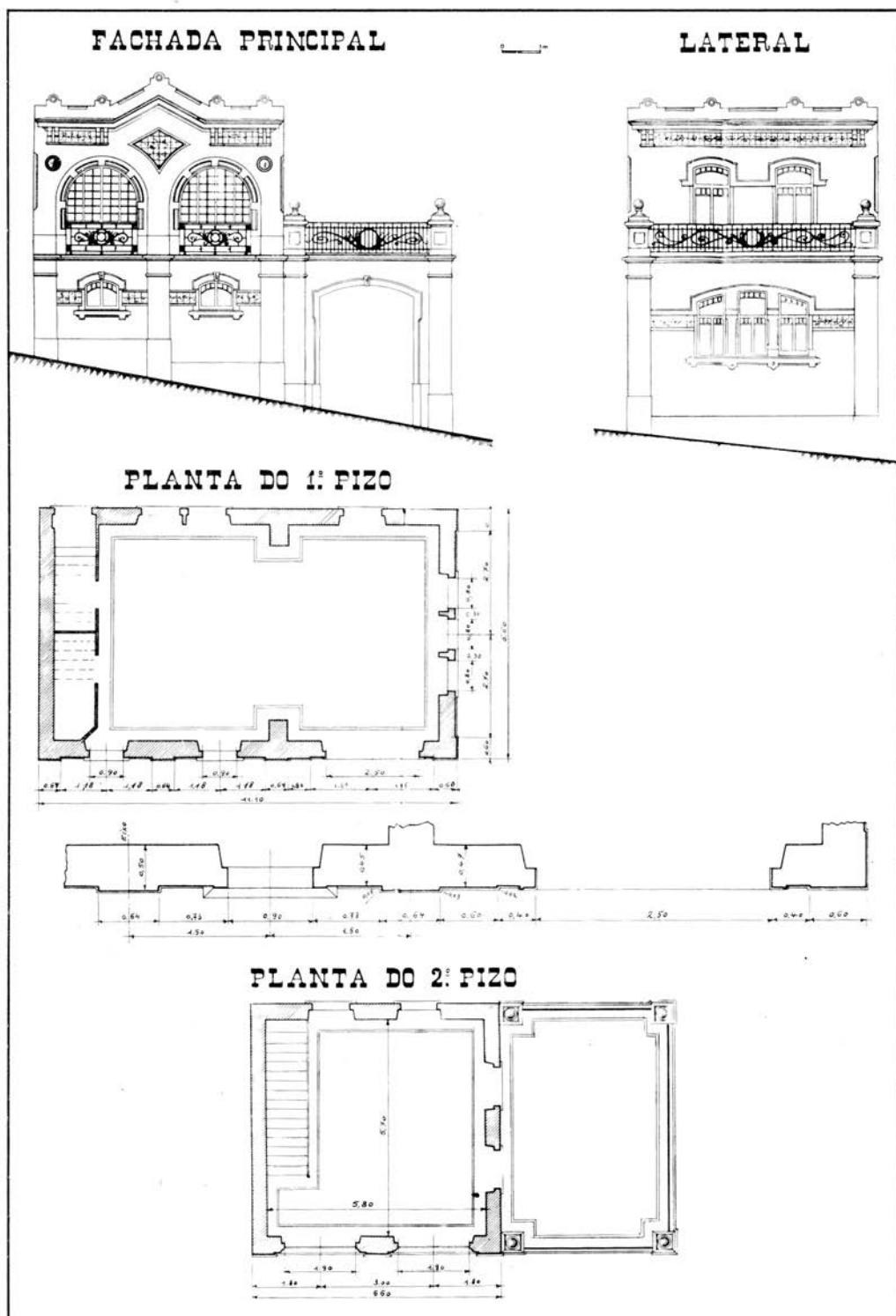


Fig. 16 – Projecto de uma "garage" mandada construir pelo Dr. António Carlos da Costa Botelho Moniz no Outeiro da Saúde. Autoria de J. Dinis. Apresentado em 18/7/20.

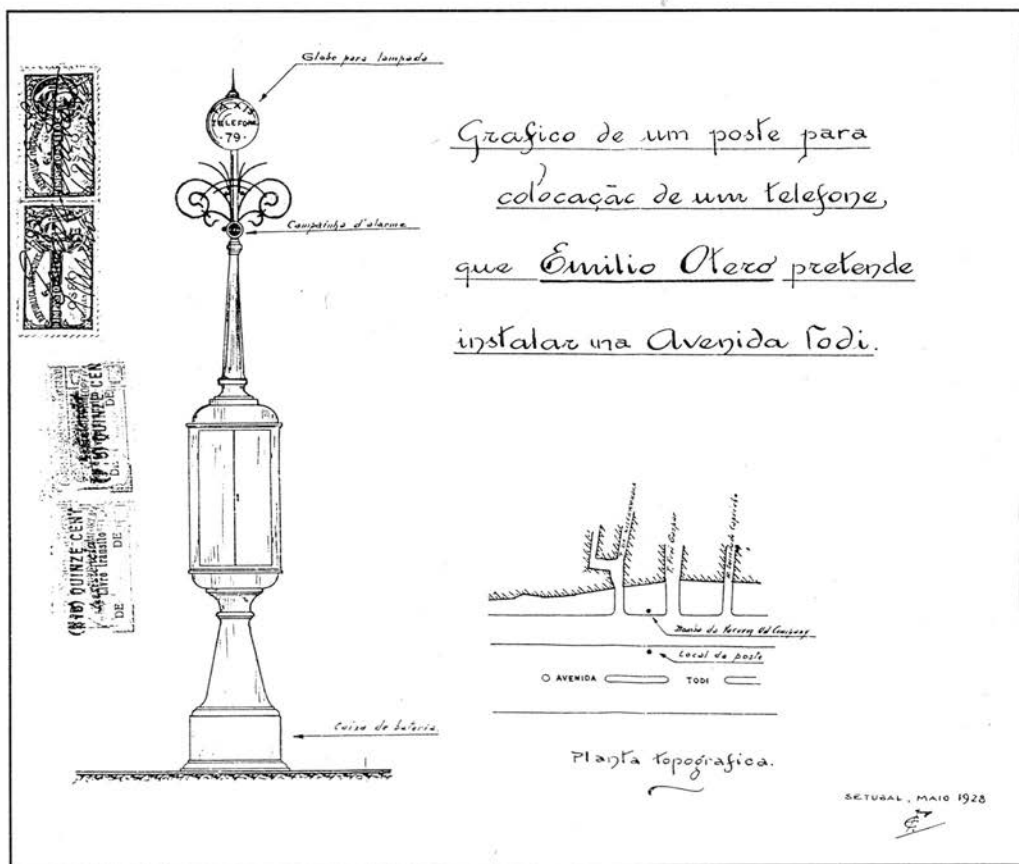


Fig. 17 – Peça de mobiliário urbano destinada à colocação de telefone. De salientar a nota decorativa fornecida pela ferragem, organizada em volutas, na parte superior do poste. 1928. Av. Luisa Todi.

arquitecto cuja participação na produção urbana de Setúbal, de 1920 a 1930, identificámos. Muitos dos projectos não eram assinados e os melhor elaborados pertenciam ao desenhador Jorge Dinis.

Outros desenhadores, como Manuel Dias Duque, e construtores civis, como José Guilherme dos Santos, foram autores de projectos. Observa-se que o primeiro ocupa o cargo de chefe da Repartição do Serviço de Viação e Obras pelo menos desde 1922 e que, em 1929, funda uma empresa de projectos e orçamentos a qual parece dominar o mercado local.

A agência do Banco de Portugal é um

edifício imponente, dentro dos cânones revivalistas, de retomada de elementos neo-classizantes e com um excelente programa funcional. Este é o edifício onde se instalou o Clube Setubalense (cujo projecto, da autoria de J. Dinis, data de 1920) são os melhores representantes das tendências arquitectónicas europeizantes chegadas aqui (Figs. 20 e 21) com atraso e variação de amplitude. Um outro edifício projectado, em 1920, para a Avenida e digno de nota foi a sede da Associação da Classe dos Operários da Indústria de Construção Civil e Artes Correlativas, também da autoria de Jorge Dinis e que parece não ter sido construído (Fig. 22).

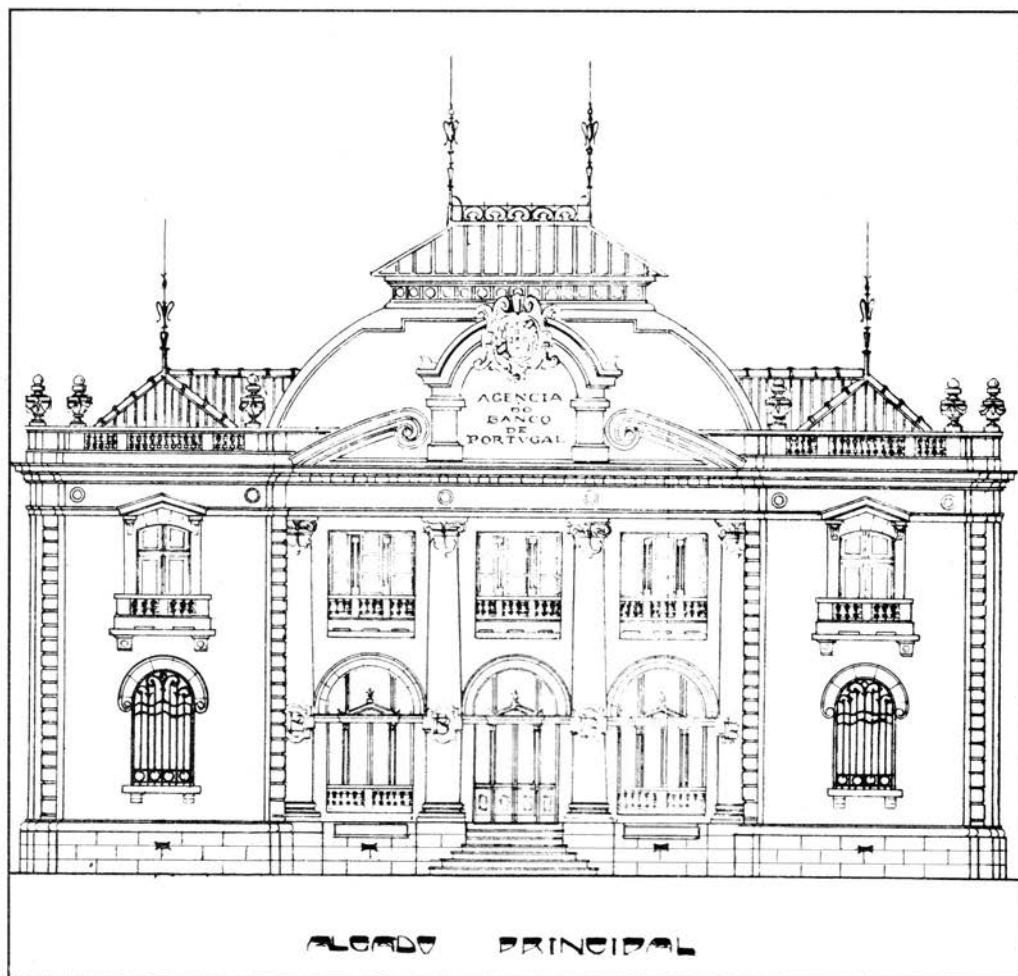


Fig. 18 – Fachada principal (Av. Luisa Todt). Agência do Banco de Portugal. Projecto da autoria de A. R. Adães Bermudes, datado de 1922.

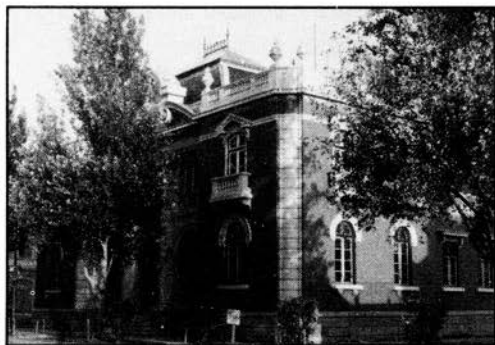
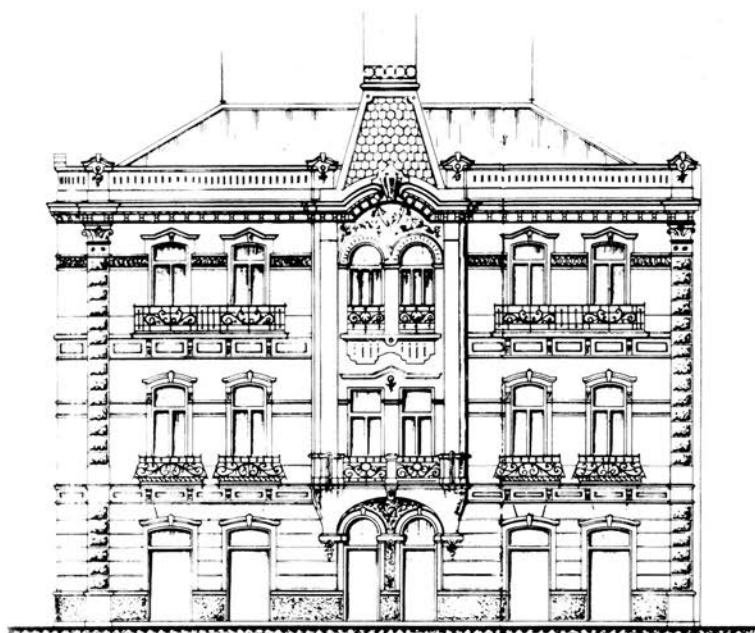


Fig. 19 – Aspecto da fachada principal da agência do Banco de Portugal. Av. Luisa Todt. Foto de J. Soares. 1986.

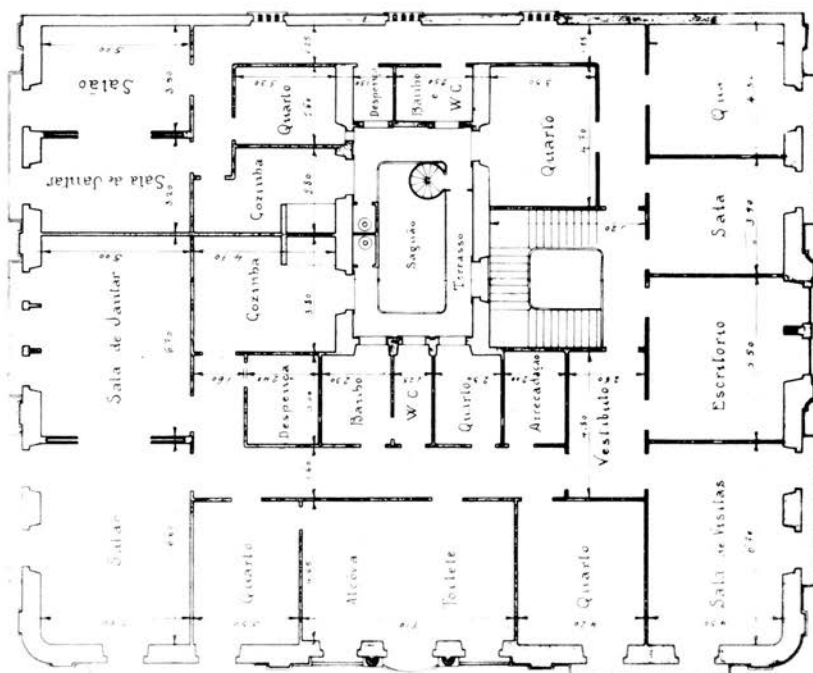
O Centro Histórico, como era inevitável, foi atingido na sua fisionomia durante o período em questão. As intervenções tiveram frequentemente o carácter de ampliações, em altura, aumentando consideravelmente a densidade de ocupação. Levantaram-se pisos em diversas ruas, nomeadamente na Rua de João Galo e na Travessa da Porta do Sol.

As alterações mais acentuadas e frequentes verificam-se ao nível dos pisos térreos, em estabelecimentos comerciais.

O Centro Histórico era a área comercial



Fachada Norte
AVENIDA TODI



PLANTA DO 2º ANDAR

Fig. 20 – Fachada principal (Av. Luisa Todi) e planta do 3º piso do edifício onde está instalado o Clube Setubalense. O projecto, da autoria de J. Dinis, foi apresentado em 1920.



Fig. 21 – Vista de conjunto do edifício do Clube Setubalense. Fachada da Av. Luisa Todi.
Foto de J. Soares, 1986.

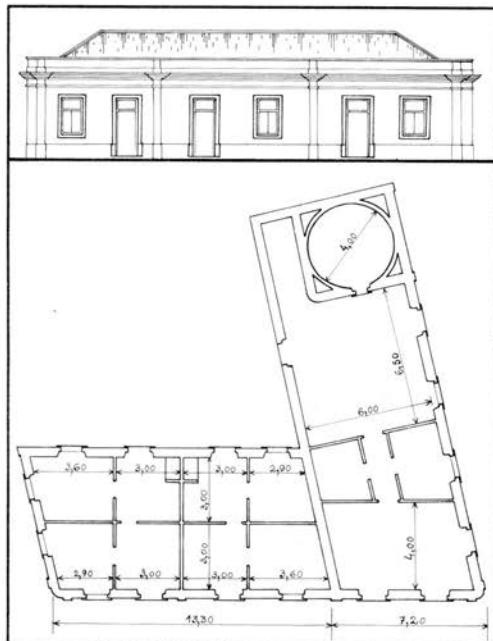


Fig. 23 – Projecto de padaria e de duas casas de habitação apresentado por Marques d'Oliveira Duarte, em 1923. Bairro Melo (Freguesia da Anunciada).

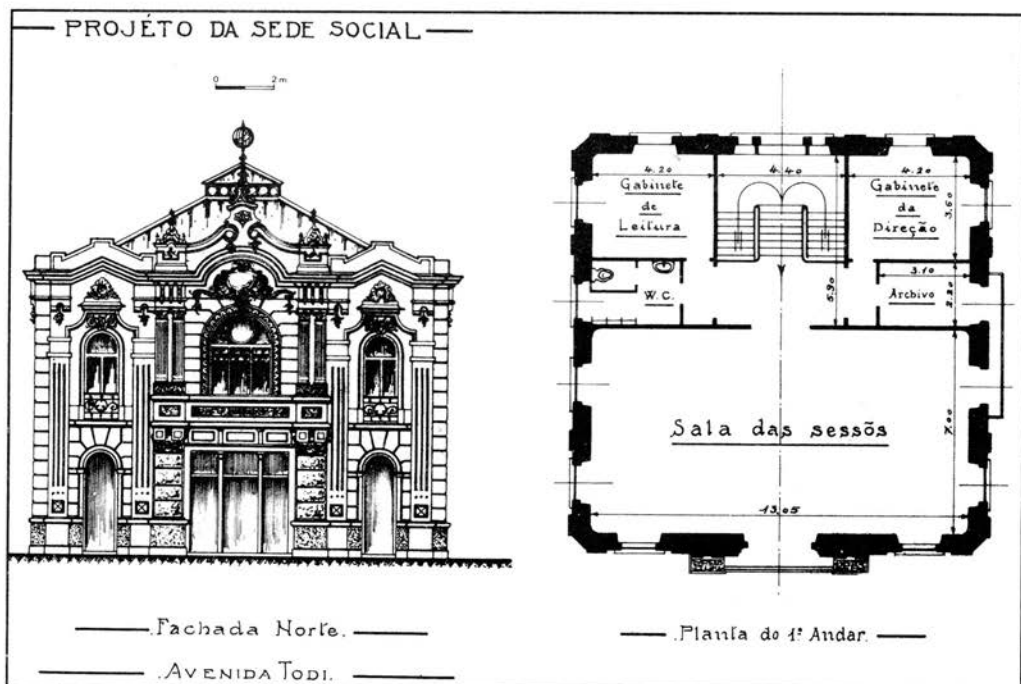


Fig. 22 – Projecto de construção da sede da Associação de Classe dos Operários da Indústria de Construção Civil e Artes Correlativas do Concelho de Setúbal apresentado em 17 de Agosto de 1920 e deferido em 28 de Agosto do mesmo ano. A fachada norte confrontava com a Av. Luisa Todi, a sul com a R. 1º de Maio, a este com a R. dos Trabalhadores do Mar e a oeste com o Parque das Escolas. A planta que se ilustra corresponde ao 2º piso. A autoria do projecto pertence a J. Dinis. O edifício projectado parece não ter sido construído.

por excelência (atenda-se à sua posição central e à sua acessibilidade) e a sede do poder administrativo (atenda-se à concentração dos valores históricos e simbólicos a que o poder tende a associar-se). O comércio, muito sensível à moda, ia introduzindo nas fachadas das suas lojas elementos neo-clássicos ou de tendência Arte-Nova. Os estabelecimentos comerciais localizados fora do Centro Histórico foram, nos anos 20, quase só padarias (Fig. 23). O pão era, evidentemente, o alimento mais largamente consumido.

O comércio contava ainda com numerosos quiosques (17 projectos de construção e 7 de alteração) (Fig. 24), edificados, na sua maioria, na freguesia de S. Julião.

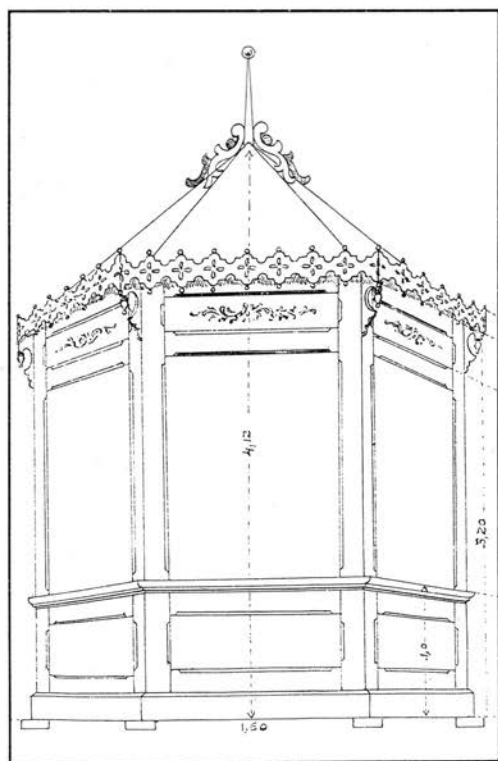


Fig. 24 – Projecto de quiosque apresentado por Delmiro Varela Faro em 1920. O projecto viria a ser aprovado mas não a localização solicitada (Largo da Misericórdia).

Uma construção no Centro Histórico, mais precisamente na Rua dos Sapateiros, merece um destaque particular. Trata-se do edifício onde funciona actualmente o Clube dos Amadores de Pesca, o qual apresenta fachada afim das correntes decorativas Arte-Nova (Fig. 25). No rés-do-chão construiu-se forno e padaria primorosamente decorada, no seu interior, por estuques com representações femininas enquadradas por molduras neo-clássicas.

De salientar a construção de um prédio de rendimento na Tv. da Capricho (Fig. 26), com 4 pisos, em substituição de uma construção em ruínas, a ampliação, em mais um piso, do prédio de rendimento do pátio Gago da Silva, ambos na freguesia de Santa Maria, e ainda a construção de um edifício com funções médico-assistenciais, no Largo da Portuguesa, por iniciativa da Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense fundada em 1888. O seu projecto, de autoria de Manuel Dias Duque foi apresentado em 1929.

Nas áreas degradadas, com edifícios mais antigos, viviam famílias pobres, longamente enraizadas; alimentavam não só a actividade menos qualificada do sector terciário como ofícios artesanais e serviço doméstico à burguesia que preferia construir em áreas abertas, novas, sem limitações de superfície. Alguns espaços do Centro Histórico, definida a sua vocação residencial da classe dominante desde o século XVIII, como o lado norte da Av. Luisa Todi e os principais largos que nele se abrem (na periferia do núcleo medieval, de casas estreitas e ruelas sujas) (15) continuam a manter aquela função ao serviço da burguesia tradicional e dos representantes da aristocracia local.

O habitar das "classes laboriosas" era bem diferente do da burguesia e extraordinariamente penoso.

O antagonismo dessas classes sociais projecta-se de forma exemplar na

organização do espaço urbano. Com efeito, as respectivas áreas residenciais repelem-se, sendo o fosso assim aberto colmatado pela chamada "classe média" (Fig. 27).

A classe piscatória, tradicionalmente acantonada nos bairros de Troino (pesca do alto) e Fontainhas (pesca do rio - colónia de varinos), continua a expandir-se: no primeiro

caso para Ocidente (Bairros Melo e Ferreira, Rua do Castelo, Rua da Herdade, Reboreda, Viso); os varinos urbanizam uma nova área — Bairro Santos Nicolau, de traçado vagamente radial. As moradias são, em geral, unifamiliares, térreas, com três e quatro divisões, sem casa de banho. As fachadas são pobres, decoradas por platiban-

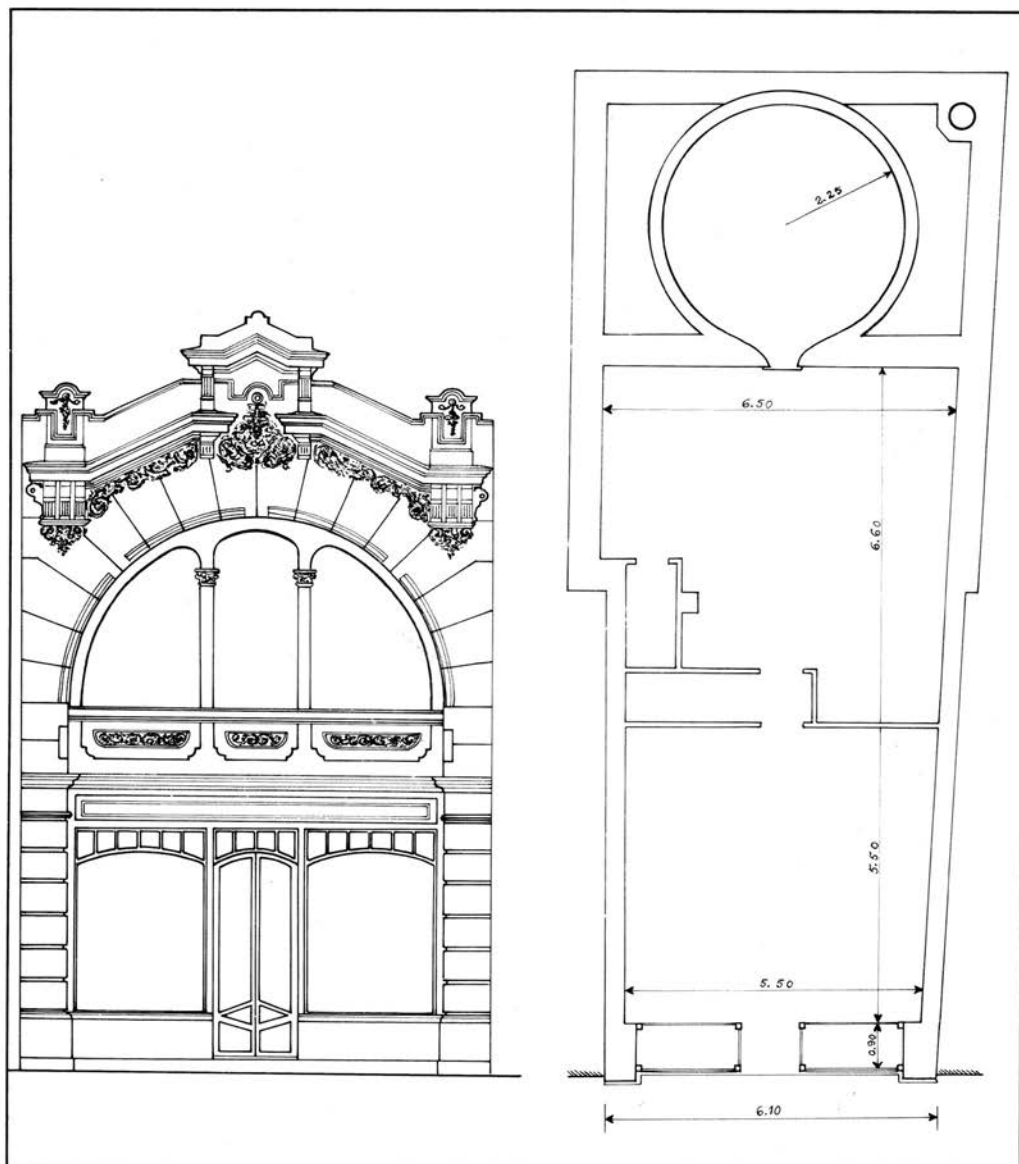


Fig. 25 – Pormenor da fachada (Rua Augusto Cardoso) e planta de uma padaria cujo projecto foi apresentado em 31/12/22 por Alberto Carmona.



Fig. 26 – Fachadas de um prédio de rendimento, ainda hoje existente. Projecto apresentado em 1924 por Marcelino Pais Cabral.

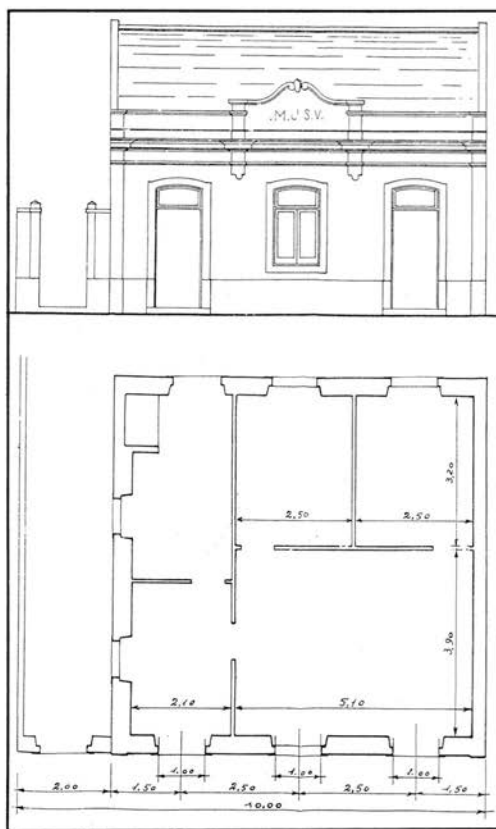
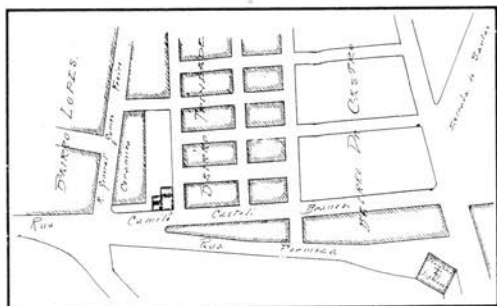


Fig. 27 – Fachada principal e planta de um dos tipos de casa mais comuns no Bairro Santos Nicolau. De notar que não possui WC. Projecto apresentado por Manuel José Soares Vigário em Abril de 1927.

das maciças, molduras ou frisos, mais raramente por azulejos. Algumas destacam-se, pela sua cêrcea, na paisagem monótona deste bairro, possuindo mais de um piso e apresentando fachadas elaboradas. Podem ter pertencido a armadores. O Bairro Rendeiro, contíguo ao anterior, desenvolveu-se também nos anos 20.

A crise habitacional, já perceptível no séc. XIX, atinge situação de ruptura na década de 20. A população continuava a crescer; esgotava a sua força de trabalho a troco de magros salários. "Habitar" era uma função secundária para quem passava fome ou sub-nutrição crónica. Mas dormir era necessário... em qualquer barraca, em qualquer canto (Figs. 28 e 29).

Pescadores e operários conserveiros viviam nas zonas periféricas da cidade, em casas mais ou menos abarracadas, com famílias numerosas. Os primeiros, mantendo elos com as áreas nucleares da sua origem; os segundos, mais desenraizados, tão próximo quanto possível do local de trabalho, em pequenas ilhas (Bairro Gamito, Pátio do Peixe-Rei, na freguesia de S. Julião), em "bairros de lata" (Monarquina,



Rosalina, Barreto, Lopes, Dias, Trindade, Castro, Areias, na freguesia de S. Sebastião; Ferreira e Melo na freguesia da Anunciada); ou em pátios (Rua General Gomes Freire, Horta dos Carmelitas; vedados, para não ser visível do exterior a sua miséria, possuíam elevada densidade populacional, sendo frequente a ocupação de uma só divisória por família). Nestes pátios, vivia-se em total promiscuidade, tornando-se negativas as qualidades de articulação do grupo, pela saturação do número de indivíduos que bloqueava totalmente o direito à intimidade individual; a mendicidade e a prostituição estão-lhes intimamente associadas.

Santos Nicolau, Rendeiro, Trindade desdobriram que os seu quintais, quando murados, eram pátios potenciais. É assim que começam a construir, por detrás das casas, barracas para alugar como habitações. Por vezes o projecto não é identificado como habitação mas como armazém, para mais facilmente ser aprovado pela censura camarária. De notar que o projecto nº 181, de 1925, de construção de um armazém com uma única divisória (12 m²) é aprovado com a condição de não ser utilizado como habitação, o que só por si mostra como seria comum a utilização com funções residenciais das mais precárias edificações.

É-nos impossível contabilizar aqui a importância da construção clandestina, mas não nos é difícil imaginar a sua precariedade, exiguidade e péssimas condições sanitárias (inexistência de esgotos e de pisos, paredes e tectos impermeabilizados).

Não nos é difícil caracterizar a periferia da legalidade urbanística, atendendo à qualidade dos projectos dos **bairros operários** ou **vilas** apresentados à C.M.S. e regra geral aprovados (Figs. 30 e 31). Surgem inclusivamente projectos de casas de madeira, como um de 26 de Novembro de 1925, do requerente Joaquim Pinto, destinado ao Bairro Dias.

Os promotores, particulares, dos chamados bairros operários, usam frequentemente nos seus requerimentos expressões como "casas abarracadas", "barracas", "casas para gente pobre".

Pudemos ler uma certa preocupação da edilidade em esconder, em espaços murados, a miséria desses bairros. Essa preocupação é particularmente nítida na informação ao projecto de construção de sete fogos em torno de um pátio (Horta dos Carmelitas — freguesia da Anunciada) apresentado em 1920

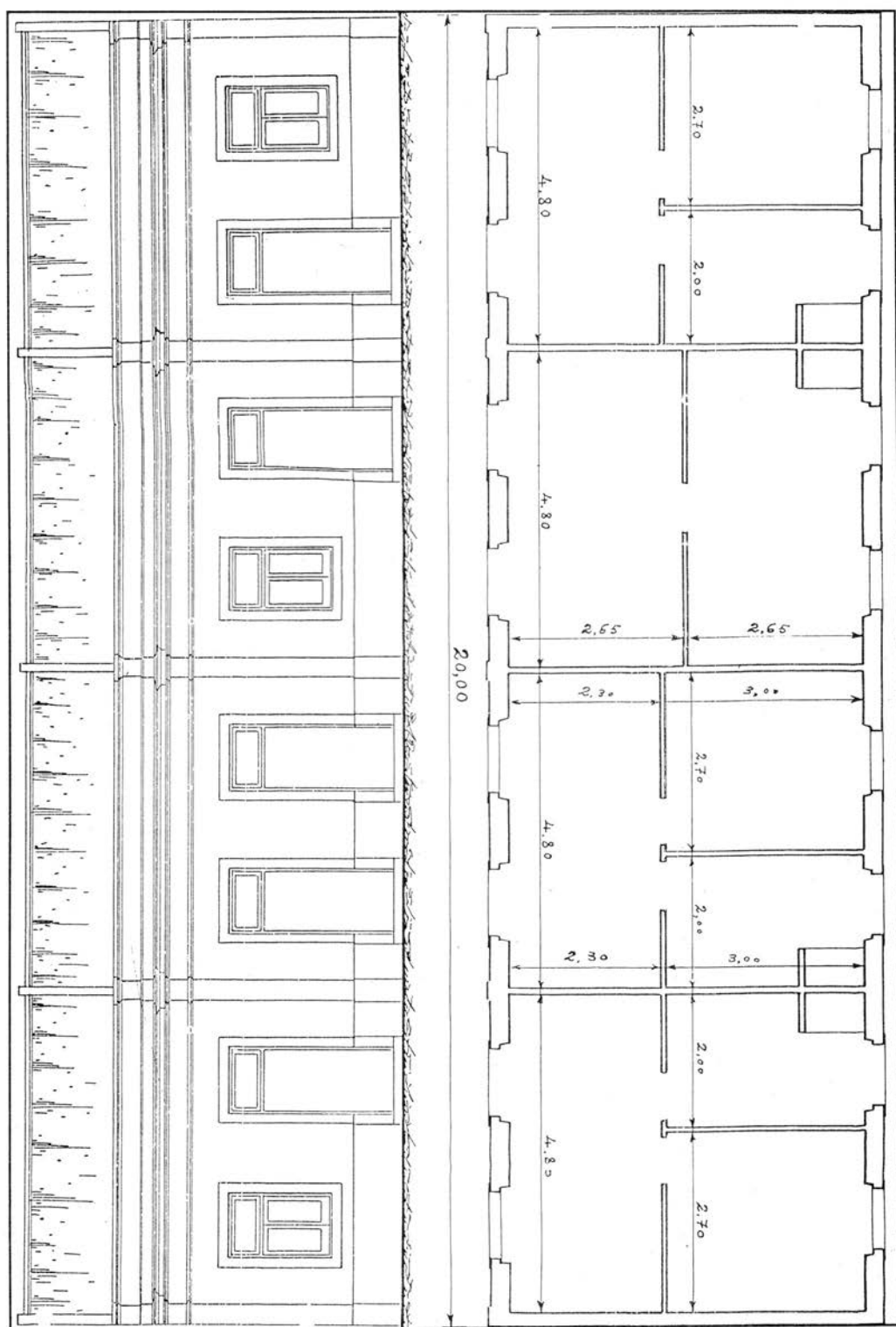


Fig. 30 – Projecto de construção de quatro habitações apresentado por Francisco Duarte dos Reis em 19/10/1925. Bairro Dias (Freguesia de S. Sebastião).

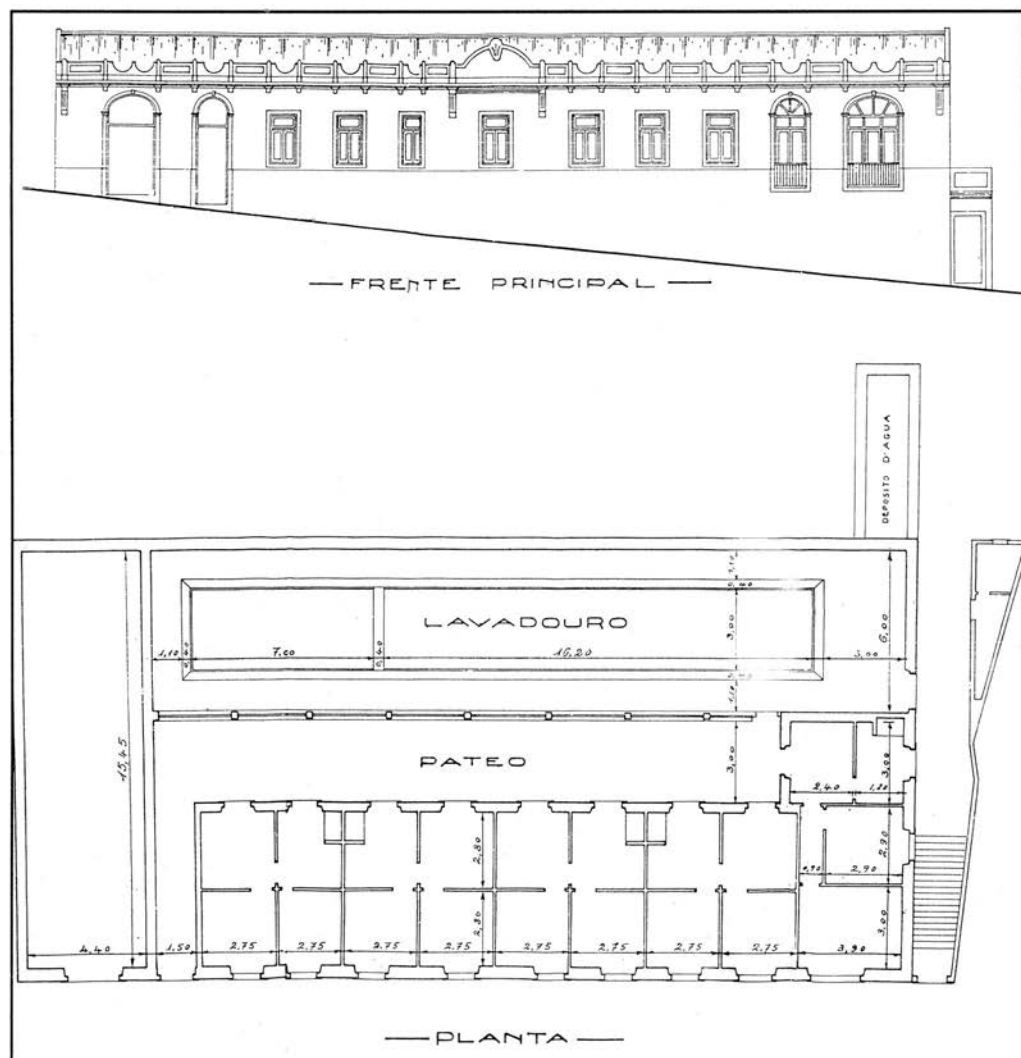


Fig. 31 – Projecto de construção apresentado por Mariano Martins dos Reis Picoto em 22 de Janeiro de 1929. Rua Camilo Castelo Branco.

(Fig. 33). É proposta a aprovação do projecto, devendo no entanto ser construídas retretes, fossa comum, pátio calçetado e vedado por muro e portão com mínimo de 2m. de altura no centro; o muro seria construído logo que fosse edificada a primeira casa. A comissão executiva da C.M.S. segue o parecer técnico, dando o seguinte despacho ao requerimento: "Deferido mas com muro de vedação".

Um outro projecto ilustra bem aquela política de defesa da imagem externa da cidade; referimo-nos a um projecto, de 1920, de cinco "barracas", a construir na Rua Alexandre Herculano. Banda rectilínea, resultante da repetição de um módulo (cuja área era aprox. de 21 m², área 10x inferior à superfície coberta de uma habitação média burguesa) constituído por 3 divisórias abertas para o exterior através de uma porta

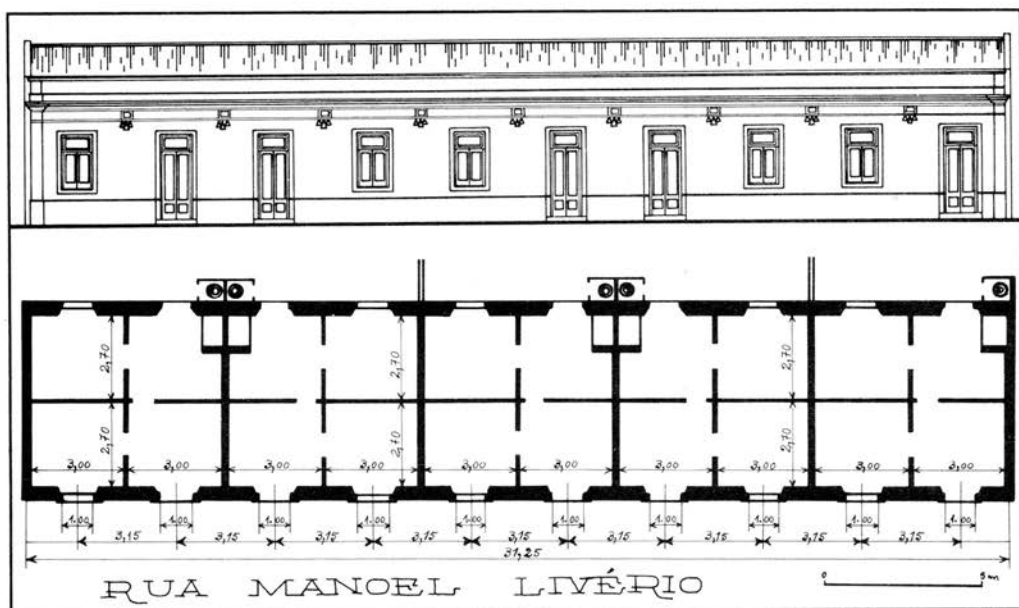


Fig. 32 – Projecto de cinco habitações, térreas e contíguas que repetem um único módulo; apresentado por Manuel de Deus Palhão em 13/2/1925. Rua Manuel Livério (periferia sul do B. Salgado, frente à litografia Sado).

e de duas janelas na fachada principal. O projecto foi deferido pelo facto da construção ser projectada para o interior de um quintal.

Um projecto de 1920 (Fig. 34), para a construção de uma vila no Bairro Santos Nicolau, merece um destaque muito particular. Ele é um caso paradigmático da desenfreada exploração do operariado pelos promotores imobiliários, atingindo-se neste caso uma situação de indeferimento. Também é aqui notório um empenho legalista "desusado" na informação sanitária, que deixa perceber o acesso muito diferenciado aos canais do poder local e a excessiva pessoalização das questões. No entanto, parece-nos interessante reproduzir algumas das passagens das sucessivas informações que este discutido processo desencadeou porque elas nos traçam o quadro legal em vigor, raramente recordado: "guarner os vãos destas frentes principais, com cantarias

(...). Em Lisboa é raro verem-se construções sem que levem cantarias, e às que se fazem, não levando cantarias, obedecem a outro estilo, que não este de barracas de aspecto simplicíssimo".

O parecer sanitário é francamente desfavorável: "Este projecto de bairro operário (...) constitui um grave perigo para a saúde pública".

"É constituído por um grande aglomerado de habitações (...) porque o pátio se torna sempre um depósito de lixo e imundícies".

"Grande número de compartimentos não tem o mínimo de cubagem legal (...)".

"Muitas habitações são constituídas apenas por dois pequenos quartos com a cubagem total de 43 a 50 metros cúbicos (...)".

"Que a cubagem de cada compartimento seja pelo menos de 25 metros cúbicos e que o mínimo de cubagem total da habitação seja

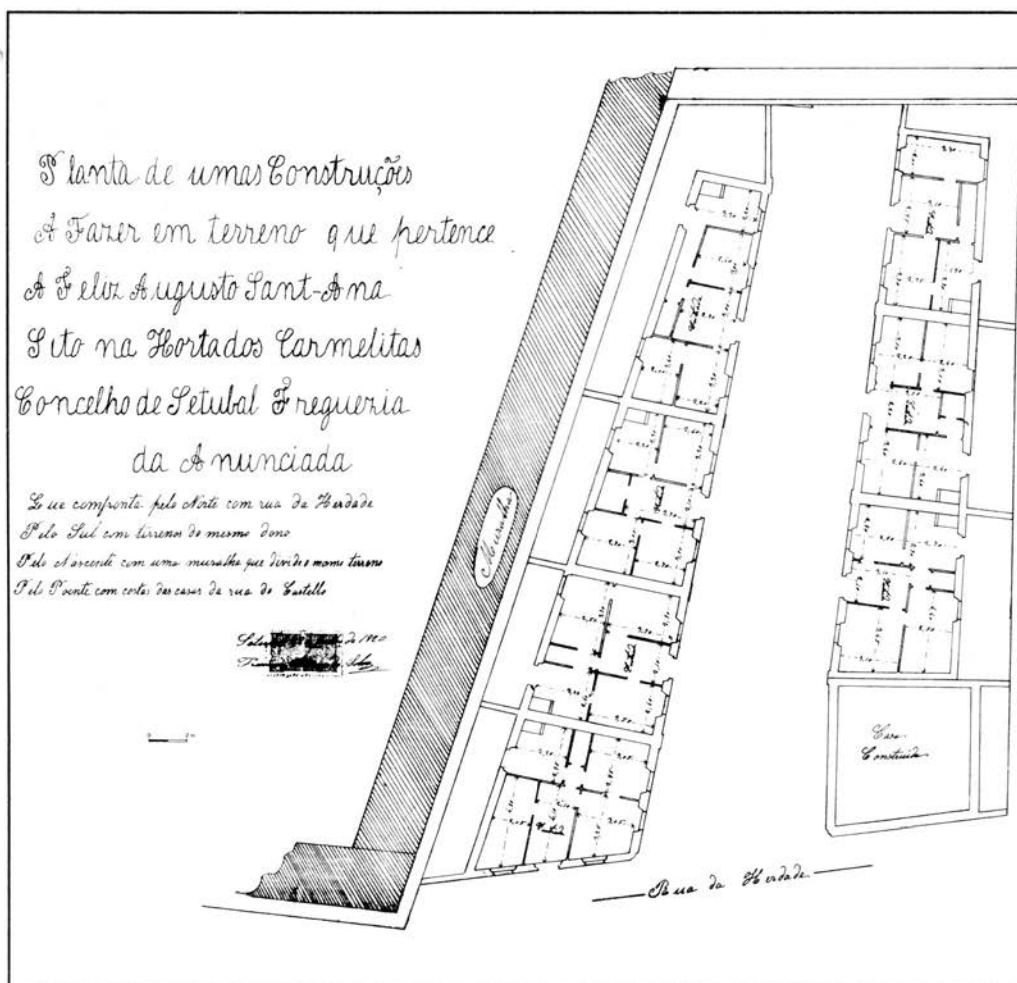


Fig. 33 – Projecto de um pátio a edificar na Horta dos Carmelitas (Freguesia da Anunciada) apresentado em 1920.

de 100 metros cúbicos".

"Que o pátio seja calçado".

"Que no centro do pátio haja uma retrete colectiva com fossa, (...) e um tanque lavadouro com o devido esgoto".

"(...) habitações pequenas, exíguas (...) temos já demasiadas na cidade (...) não se deve permitir que se estabeleçam novas ilhas sem nenhuma condições hygiénicas".

A requerente argumenta contra as modificações impostas ao projecto, invocando entre outras razões a aprovação de um projecto em tudo semelhante ao seu em 1919. A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal mantém contudo o

indeferimento, "conformando-se" com o parecer sanitário, uma vez que se prescindia das cantarias na fachada principal, exigidas numa primeira fase pelo parecer técnico.

Verifica-se, ainda, que enquanto no Bairro Salgado são dados às ruas nomes de figuras notáveis, nos bairros operários, também de estrutura reticulada, pelo menos em projecto, ou seja em intenções, as ruas são frequentemente designadas por letras.

As estradas e azinhagas mostram-se importantes factores na orientação da expansão urbana (Estrada dos Arcos, das Machadas, da Algodeia, na freguesia de S. Julião; Estrada dos Ciprestes, do Alentejo,

de Santas, Estrada Nova das Montureiras, Estrada do Camolas, na freguesia de S. Sebastião).

Em Areias, Estrada de Santas, Olival do Cano/Rio da Figueira, Bairro Santos Nicolau, constroem-se habitações destinadas a uma classe média que funciona como almofada entre os extremos da hierarquia social.

Já no séc. XIX (16) e primeira década do séc. XX, se tinham vulgarizado os "prédios de rendimento", de fachadas monótonas, resultantes da repetição de um módulo correspondente a uma unidade habitacional. Situaram-se nomeadamente na zona ocidental e fabril da Avenida Luisa Todi, na zona ribeirinha. Estes prédios de rendimento irão, na década de 20, aumentar a sua capacidade através do acréscimo de sótãos ("trapeiras"); outros serão construídos de raiz. Bons exemplares dos anos 20 podem ser observados, como já referimos, no pátio Gago da Silva e na Travessa da Sociedade Capricho, com quatro pisos.

A expansão urbana, particularmente importante na freguesia de S. Sebastião, irá desenvolver-se sobre terrenos de fraca capacidade agrícola, incultos ou ocupados por oliveais pouco produtivos. Na freguesia de S. Julião, onde se situam solos de aluvião de alto valor agrícola, as novas áreas urbanizadas dispõem-se em estreitos cordões ao longo das estradas (E. da Algodeia, E. dos Arcos, e ainda entre as Estradas dos Arcos e Machadas, numa faixa de terreno de relevo acidentado, o chamado Olival do Cano). A geomorfologia (planalto de arenitos plio-pleistocénicos) e a fraca capacidade agrícola de parte do território da freguesia de S. Sebastião favoreceram a expansão dos bairros pobres. Estes, por sua vez, são repulsivos para os bairros burgueses.

Não foram registados projectos de construção de fábricas de conservas de peixe ou de indústrias subsidiárias; surgiram 24 projectos de construção de barracões não especificados. Seriam destinados a unidades fabris improvisadas? Encontrámos projectos de alteração de fábricas de conservas

preexistentes: Policarpo, Ramos e Comp^a, na Rua da Herdade, António Alonso, Hijos, na Rua Almeida Garrett, Sociedade de Conservas Atlas, na R. Acácio Barradas, Reis e Dias Lda., na Estrada da Graça, Abreus Novais, Lda., nas Fontainhas, fábrica Luis José Baptista, no Bairro Baptista, Fábrica de Conservas da Societé Arsène Saupiquet, na Estrada da Rasca, firmas M. Periennes Lda., na ladeira de S. Sebastião, Delory e fábrica de Conservas da firma Casimiro e Nascimento no Largo António Joaquim Correia. Surgiram igualmente projectos de alteração de litografias (Litografia Sado, na R. Manuel Livério, Nova Litografia na R. do Matedouro, Sociedade Litográfica Portuguesa na R. Alexandre Herculano) e de litografias/latoarias (fábrica Astória, da Sociedade Industrial Setubalense). A localização destas unidades fabris fornece bem a imagem de entrosamento entre espaços residenciais e fabris na cidade de Setúbal (Fig. 35). As fábricas dispersam-se pelo tecido urbano com alguns núcleos de maior concentração (Zona Ocidental da Av. Luisa Todi, Ladeira das Fontainhas / Estrada da Graça) e ditam, em última análise, as regras da produção do espaço urbano.

Em geral, podemos afirmar que Setúbal possuía graves carências em termos de equipamentos colectivos e de infra-estruturas. A rede de esgotos não acompanhava o seu crescimento; os Ribeiros do Livramento e de S. Francisco eram verdadeiros colectores de despejos; o bem-estar colectivo interessava pouco aos poderes instituídos. As doenças (tuberculose, tifo exantemático, peste bubónica) propagavam-se em campo fértil.

Alguns elementos provenientes da classe dominante, intelectuais, dedicaram, contudo, atenção especial aos graves problemas sanitários / sociais que atormentavam a cidade. Referimo-nos aos médicos Francisco Soveral, António Rodrigues Manito e ao já citado provedor do Hospital da Misericórdia, Paula Borba (17).

A iluminação continuava a ser a gás, desde 1859; existiam 150 candeeiros e

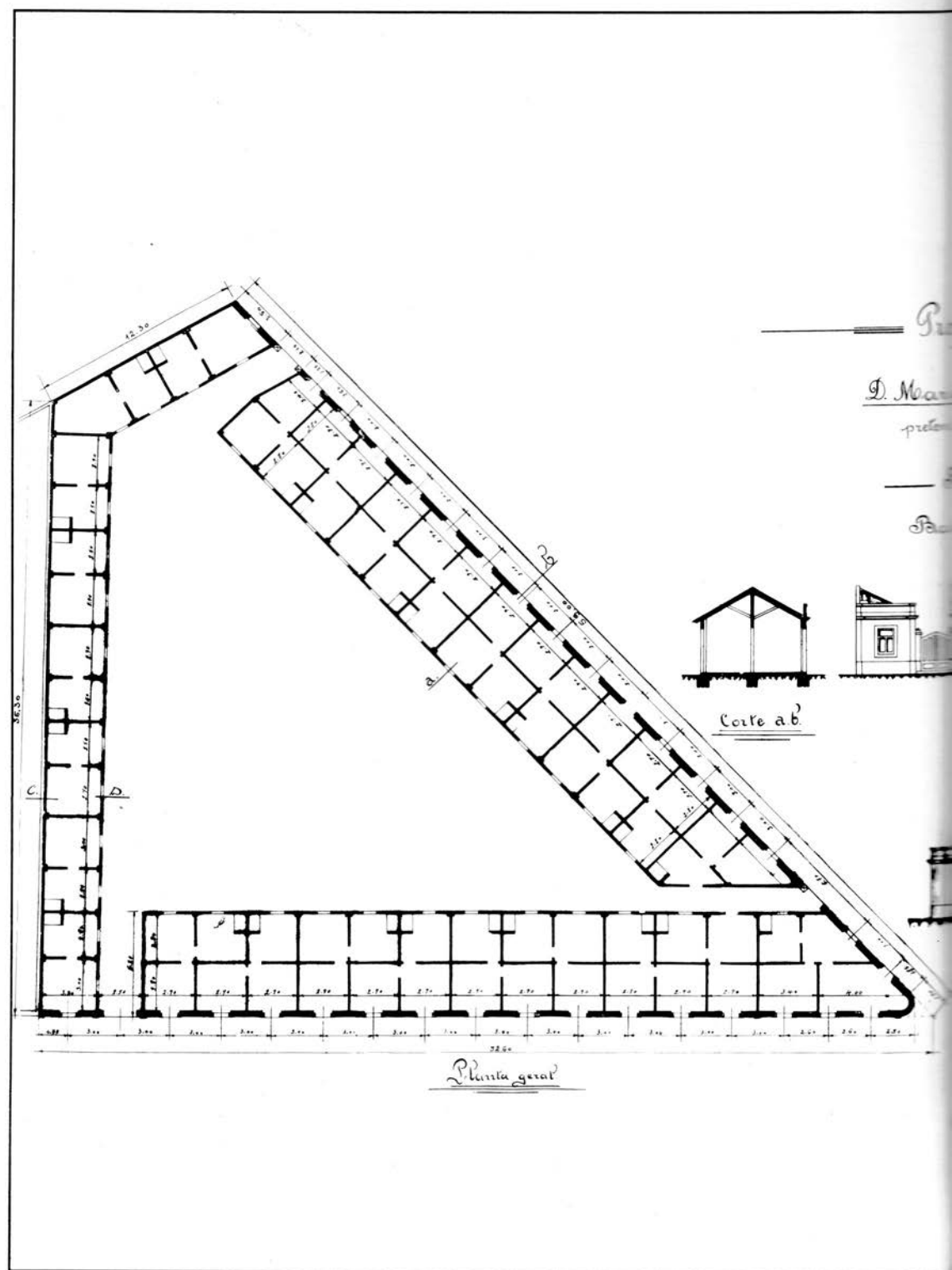
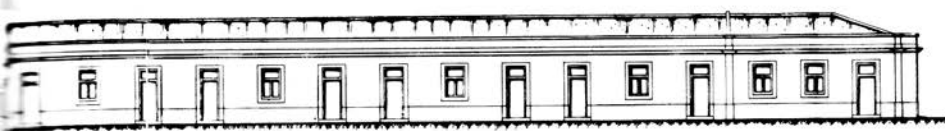


Fig. 34 – Projecto indeferido de um bairro operário, "vila", apresentado em 1920 e destinado ao Bairro Santos Nicolau.

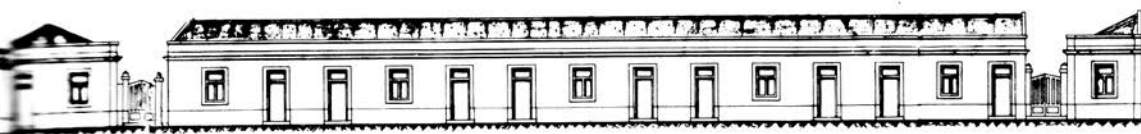
do de uma Villa ———
 que
 Perpetua Ribeiro
 construiu no seu terreno
 sito entre as
 ruas "B" e "D" ———
 no
 Santos Nicolau



Frente para a Rua "B"



Corte C.D.



Frente para a Rua "D"

Proj. do arquit. 1922

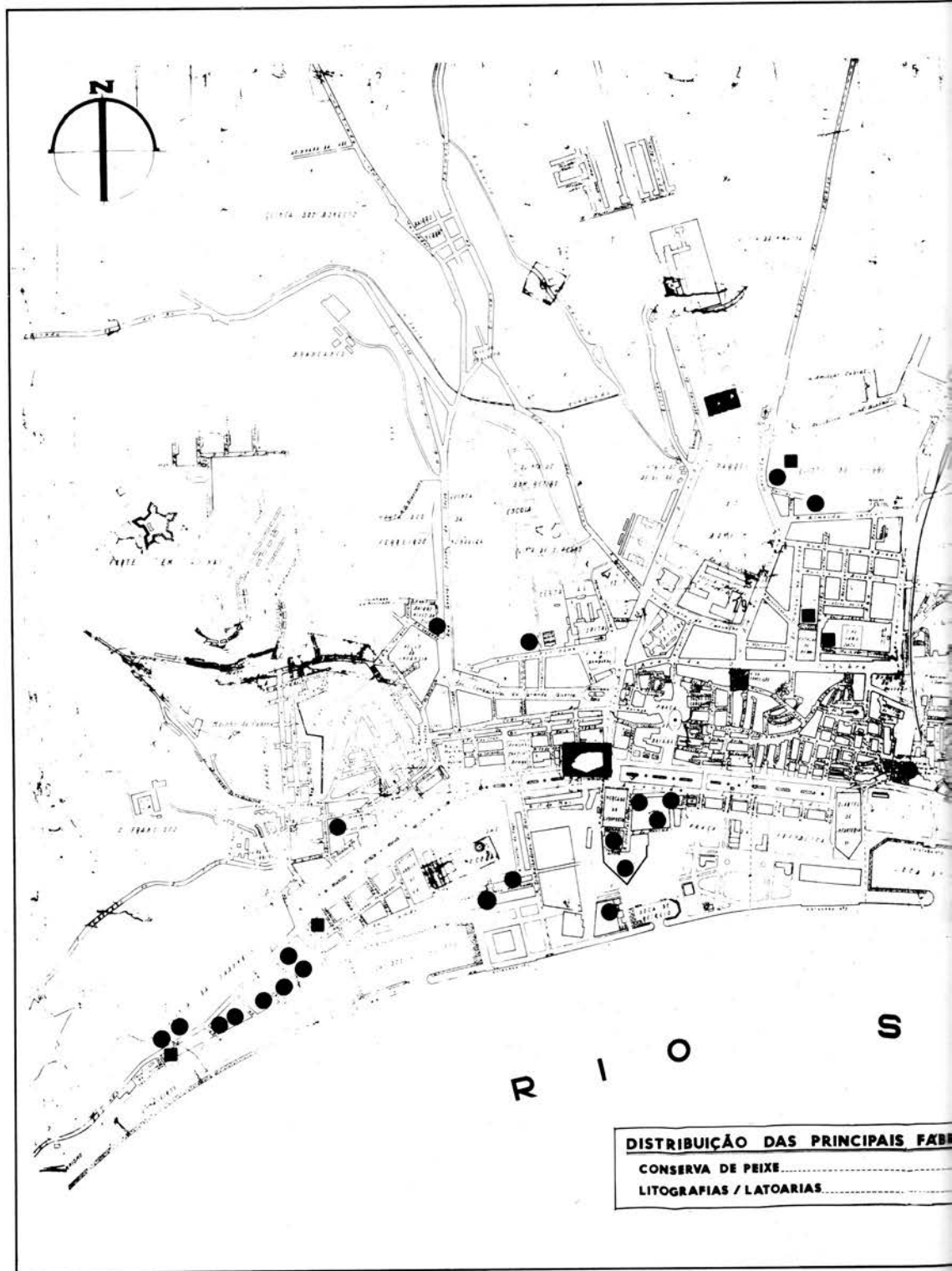
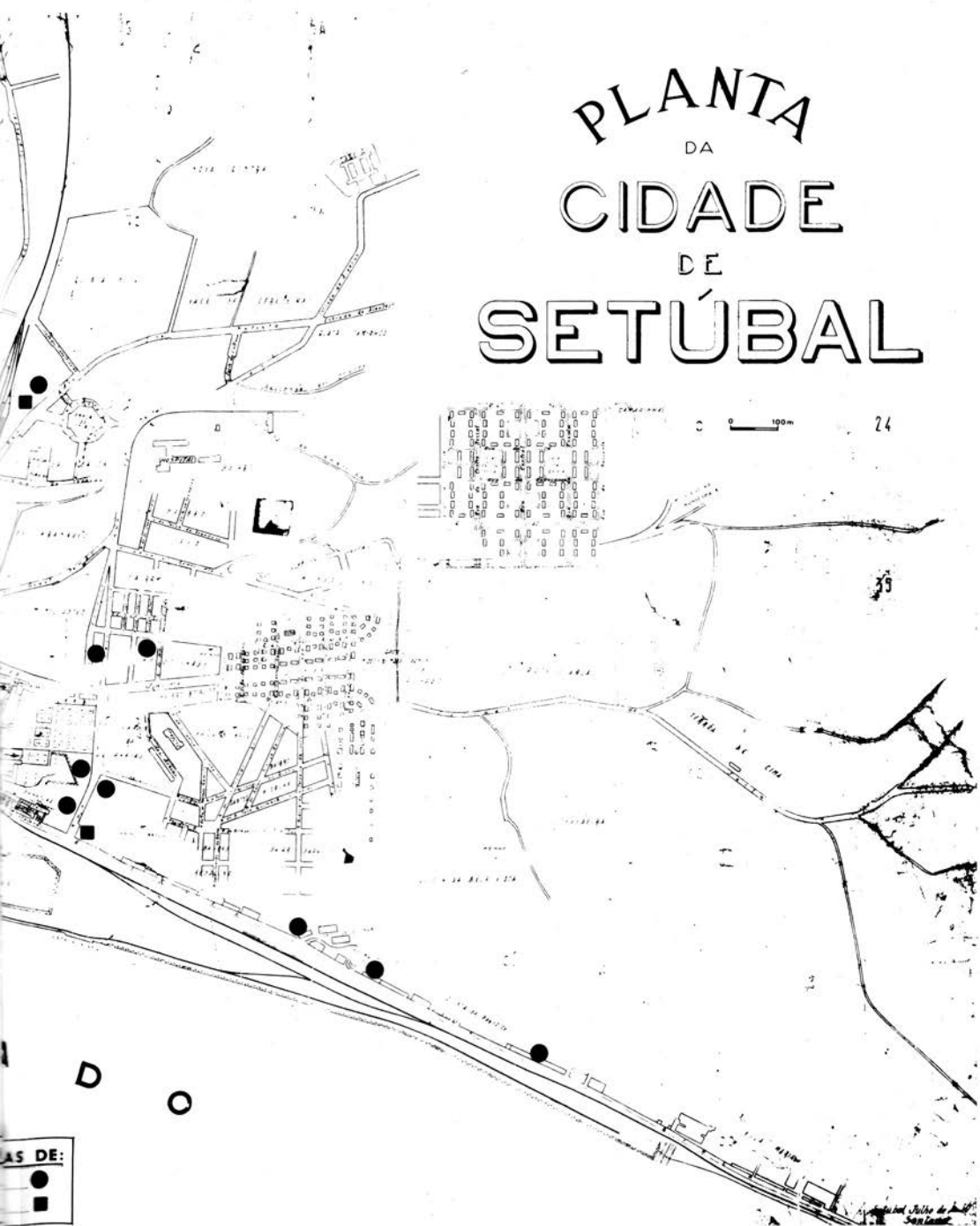


Fig. 35 – Distribuição espacial (aproximada), no tecido urbano de Setúbal, de unidades fabris de conservas de peixe, latões e litografia, e que trabalha nesse ramo industrial, em Setúbal, desde os anos 40.

PLANTA DA CIDADE DE SETÚBAL



...as e litografias. A reconstituição foi possível graças à colaboração de Júlio Silva, chefe dos serviços administrativos da

estavam a cargo de Companhias Reunidas de Gás e Electricidade. A sua produção era quase só destinada à iluminação pública. Algumas fábricas de conservas e litografias possuíam geradores eléctricos. A Sapec e a Secil tinham centrais próprias.

Só em 1930 seria inaugurada a iluminação eléctrica em Setúbal, a cargo da Sociedade Electrificadora Urbana e Rural – SEUR, subsidiária da VUP, a partir da central da Cachofarra. Em 1929 instalara-se a central eléctrica da Cachofarra, com caldeiras a carvão e um turbo grupo de 1 500 KW, por iniciativa das Minas da Borralha que dela necessitava para a produção de carboneto de cálcio, e que tinha também potência para alimentar a cidade (18).

As obras do porto, tão insistentemente reclamadas e adiadas, constituíram o principal investimento público do final do período em estudo. O início (1920) do mesmo ficara marcado pela inauguração da linha férrea do Vale do Sado.

No final do decénio parece notar-se uma tendência para o reforço do poder administrativo e quiçá para um maior controlo da intervenção do capital privado na produção do espaço urbano. Este atinge em 1930 a área de 22 ha (19) (Figs. 36-38). A Exposição Regional de 1930 faz, de certo modo, um balanço dos recursos económicos regionais. Setúbal manifesta a vontade de assumir o controlo da região, de acordo com as funções que lhe são cometidas como capital do novo Distrito.

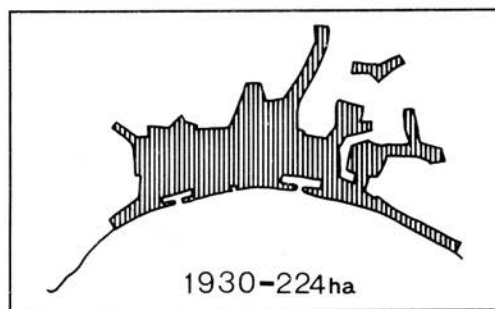


Fig. 36 – Área urbanizada de Setúbal em 1930. Seg. Caldeira Cabral et. al., 1975.

- (1) Guilherme FARIA, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, ed. Câmara Municipal de Setúbal, 1950.
- (2) Informação recolhida no Arquivo Geral da Marinha.
- (3) A. PERESTRELLO, *O Porto de Setúbal*, ed. Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, p. 39, 1934.
- (4) V. Pulido VALENTE, Os conserveiros de Setúbal (1887-1901), *Análise Social* vol. XVII nº 3, 4 e 5, pp. 615-678, Lisboa 1981.
- (5) Op. cit. nota 3.
- (6) Leonor CAMPOS, Do trabalho ao lazer, in catálogo policopiado da exposição *Setúbal. Anos 20.*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e Museu da Cidade, Setúbal, 1986.
- (7) Boletim da Direcção Geral da Agricultura, *Monografia do Concelho de Setúbal*, nº 1, p. 51, ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1911.
- (8) Op. cit. nota (3) e C. Vieira de FARIA, *Novo Fenómeno Urbano. Aglomeração de Setúbal*, ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1980.
- (9) Alberto PIMENTEL, *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal*, p. 140, Lisboa, 1877.
- (10) D. VALENTI, *Teoria da População*, ed. Progresso, 1987.
- (11) Trabalho realizado no âmbito do projecto "Préexistências e Evolução Urbana de Setúbal". Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- (12) A informação arquivada apresenta lacunas detectáveis no que respeita a peças gráficas e a requerimentos e é possível que não corresponda à totalidade dos projectos que deram entrada na C.M.S. Constituirá no entanto uma amostra significativa.
- (13) Catálogo da exposição *Raúl Lino. Exposição Retrospectiva da sua obra*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1970.
- (14) Cf. José Augusto FRANÇA, *A Arte em Portugal no séc. XIX*, vol. II, ed. Livraria Bertran, Lisboa 1966.
- (15) Carl, I., RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798 - 1802*, ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1981.
- (16) Ver a propósito Maria João Madeira RODRIGUES, *Tradição, Transição e Mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa 1979.
- (17) J.T. Montalvão MACHADO, *Vultos médicos de Setúbal*, ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1961.
- (18) Henrique CABEÇADAS, *Setúbal nos Anos 20. Novas indústrias*, in catálogo policopiado da exposição *Setúbal Anos 20*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e Museu da Cidade, Setúbal, 1986.
- (19) F. Caldeira CABRAL et al., *Ordenamento Territorial do Concelho. Estudo Prévio*, ed. Câmara Municipal de Setúbal, 1975.

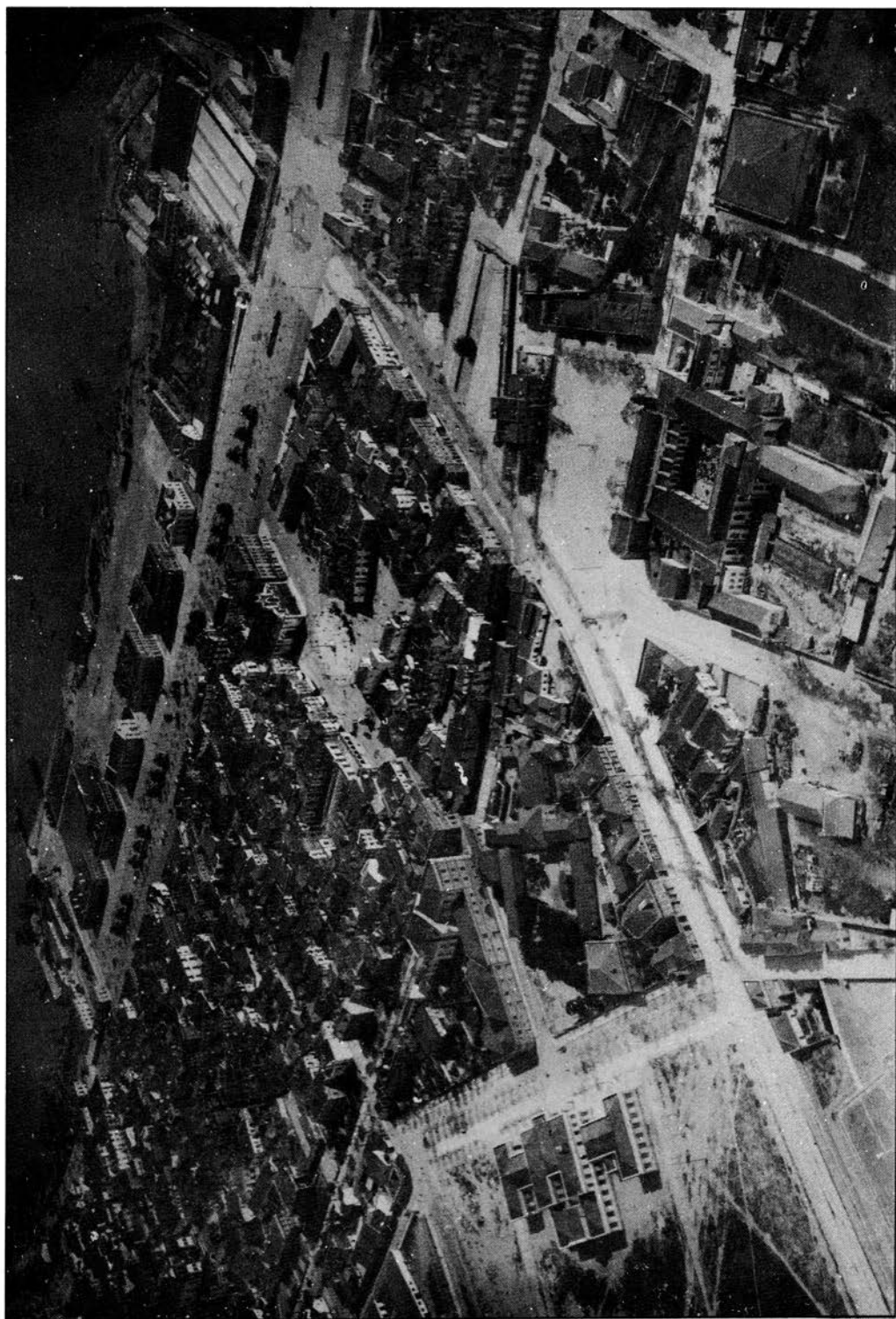


Fig. 37 – Fotografia aérea de Setúbal. 1930. Área central . (Oferecida à C.M.S. pelo G.E.A.R. Amadora, 3/5/1930).

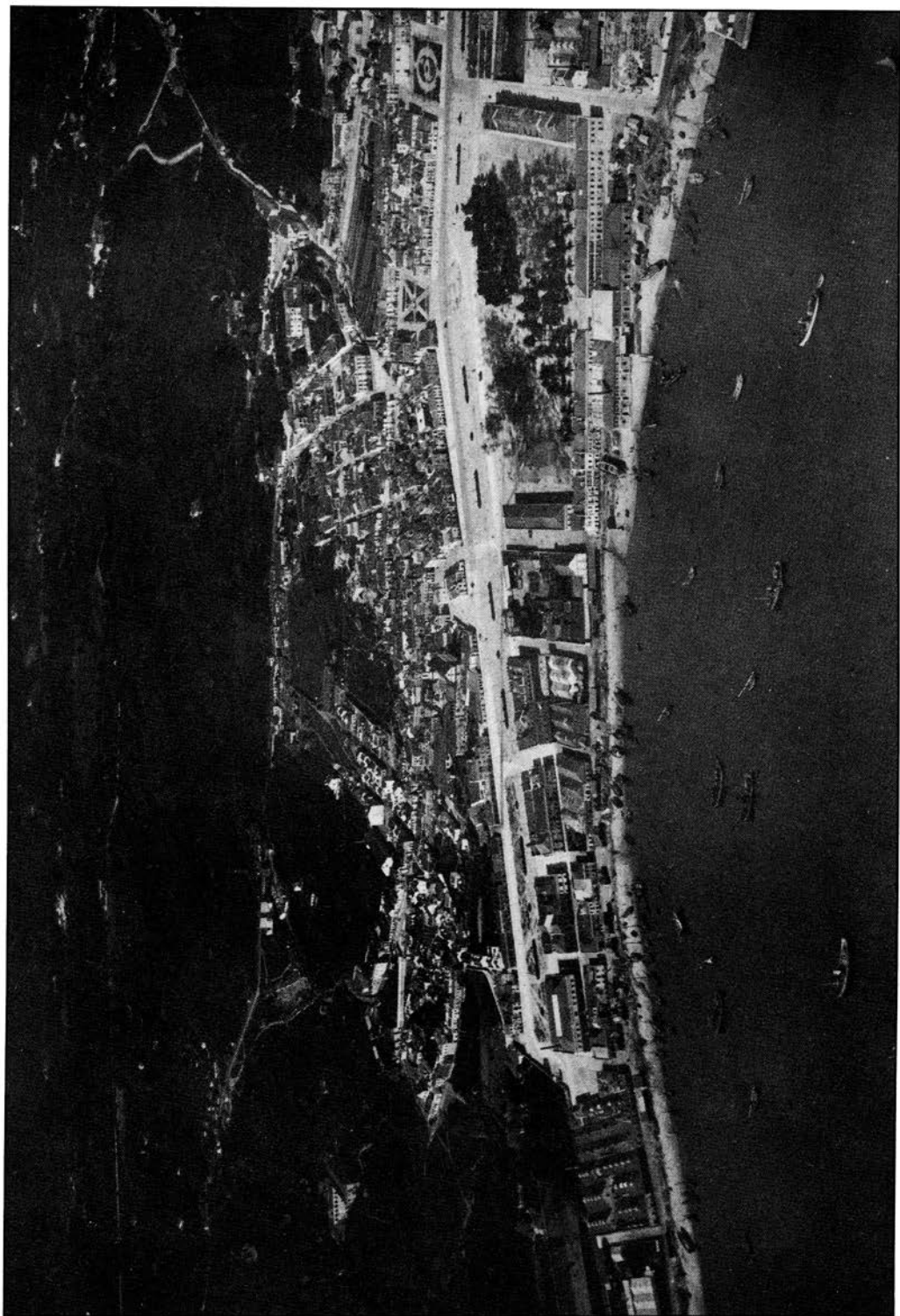


Fig. 38 – Fotografia aérea de Setúbal. 1930. Área ocidental. (Oferecida pelo G.E.A.R. à Câmara Municipal de Setúbal. Amadora 3/Maio/1930).